

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**BRUNO MANTOVANI CONTRICIANI**

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE MARINGÁ E A SUA ÁREA DE  
INFLUÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.**

**MARINGÁ**

**2014**

**BRUNO MANTOVANI CONTRICIANI**

**A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE MARINGÁ E A SUA ÁREA DE  
INFLUÊNCIA NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia  
apresentado à Universidade Estadual de  
Maringá como requisito parcial para a  
obtenção do título de Geógrafo.  
Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jaqueline Telma Vercezi

**MARINGÁ**

**2014**

BRUNO MANTOVANI CONTRICIANI

A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DE MARINGÁ E A SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA  
NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.

Trabalho apresentado nesta data ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito da disciplina 3375 – Trabalho de Graduação, examinado pela Banca composta pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jaqueline Telma Vercezi (Orientadora)

---

Prof<sup>o</sup> Mestre Pedro Henrique Carnevalli Fernandes (Convidado)

---

Prof<sup>o</sup> Mestre Roberson Miranda de Souza (Convidado)

DATA DA DEFESA: 21/11/2014

PARECER CONCLUSIVO:

---

---

---

---

---

*Dedico este trabalho aos meus pais que com muito carinho e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus por minha vida, família, amigos e por permitir que tudo isso acontecesse.

Agradeço a minha professora orientadora que teve paciência e que me ajudou para que a conclusão deste trabalho fosse possível, agradeço também aos meus professores que durante muito tempo me ensinaram e me mostraram o quanto estudar é importante.

Aos meus pais e irmã, que mesmo distantes não deixaram faltar amor e incentivo para me ajudar nesta caminhada.

Meus agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

À minha namorada pela compreensão e carinho nas horas difíceis.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A região deve ser entendida como a área de influência de um polo. Sendo assim, as regiões se organizam em torno de uma cidade que polariza em torno de si dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas. A presente pesquisa, através da discussão de conceitos teóricos sobre cidades médias, polarização, com um olhar voltado para Perroux e da análise de pesquisas como o REGIC 2007 (Região de Influência das Cidades), bem como, dados de institutos de pesquisas como o IPARDES e IBGE, buscou-se caracterizar a realidade de Maringá e sua Região Metropolitana quanto aos setores da economia, sua área de influencia e seu papel enquanto cidade polo. Percebe-se o evidente destaque do setor terciário na economia da RMM com exceções de algumas cidades que a compõem, valendo destacar a indústria da moda e a grande presença de shoppings centers na cidade polo. Maringá no momento em que se relaciona com sua região e exerce influências por caminhos materiais e/ou imateriais, proporciona uma dinâmica de fluxos, desempenhando seu papel de polo de desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE: Regiões de Influência; Região Metropolitana de Maringá; setor terciário.**

## **ABSTRACT**

The region should be understood as influence area of a pole. Therefore, the regions are organized around a city that polarizes around it dominating and guiding the economics of its influence area. This domain occurs in commercial, administrative, social, demographic and political relations. This research discuss theoretical concepts of medium-sized cities, polarization, with Perroux's face and analysis of research as REGIC 2007 (Region of Influence of Cities), as well as data from research institutes such as IPARDES and IBGE; we aimed to characterize the reality of Maringa and its metropolitan region respecting sectors of the economy, influence area and its function as a pole city. We note the obvious highlight of the third sector in the economy RMM with exceptions of some cities that comprise it, highlighting the fashion industry and the presence of large shopping malls in the city pole. Maringa at the moment relates to your region and carries out influences for material and/or immaterial paths provides dynamic flow, performing its function as development pole.

**KEYWORDS: Influence Areas; Metropolitan Region of Maringa; Third Sector.**

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE MARINGÁ E SUA REGIÃO METROPOLITANA.....	15
FIGURA 2: METROPLAN.....	17
FIGURA 3: REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ E AS LEIS QUE A INSTITUCIONALIZARAM.....	18
FIGURA 4: A HIERARQUIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DO REGIC.....	21
FIGURA 5: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE MARINGÁ COMO CAPITAL REGIONAL B.....	24
FIGURA 6: LIGAÇÕES ENTRE CENTROS SEGUNDO A GESTÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PRIVADAS (MARINGÁ).....	25
FIGURA 7: ETAPAS DE POLARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE HAGGET.....	33
FIGURA 8: PIB PER CAPITA MUNICIPAL DA RMM NO ANO DE 2011.....	35
FIGURA 9: VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA RMM NO ANO DE 2012.....	40
FIGURA 10: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DA RMM NO ANO DE 2000.....	41
FIGURA 11: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DA RMM NO ANO DE 2010.....	42
FIGURA 12: GRÁFICO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DE MARINGÁ POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	45

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ – POPULAÇÃO RESIDENTE, ÁREA E DISTÂNCIA À MARINGÁ.....	19
TABELA 2: QUANTIDADE DE EMPREGOS FORMAIS SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A RM DE MARINGÁ EM 2011.....	38
TABELA 3: PRODUTO INTERNO BRUTO (VALOR ADICIONADO) POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DA RM DE MARINGÁ EM 2011.....	44

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01: CIDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE MARINGÁ, CLASSIFICAÇÃO E POPULAÇÃO URBANA – 2007.....	22
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A REALIDADE E ARTICULAÇÃO DA REDE URBANA DE MARINGÁ .....</b>	<b>12</b>
2.1 Conceito e reflexão sobre as redes .....	12
2.2 Histórico de Maringá e sua Região Metropolitana .....	14
2.3 Proposta de Regionalização pelo IBGE – REGIC .....	20
<b>3. COMO PENSAR A DIMENSÃO DE UMA CIDADE MÉDIA? .....</b>	<b>27</b>
3.1 O conceito de cidade média .....	27
3.2 Como pensar a realidade da polarização em uma estrutura em rede? .....	31
<b>4. A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA EXERCIDA POR MARINGÁ EM SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ .....</b>	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>52</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento e expansão das cidades médias reflete uma intensa dinâmica de fluxos de mercadorias, de capitais e de usos, transformando esses espaços e deslocando as atividades de modo que tenha sua área de alcance ampliada, tendo influências tanto intra como inter regionalmente, nos remetendo a condição de um processo de polarização.

A região deve ser entendida como a área de influência de um polo. Sendo assim, as regiões se organizam em torno de uma cidade que polariza em torno de si dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas.

O que se pode perceber, segundo pesquisas do IPARDES (2009) é que os aglomerados urbanos, em especial o caso de Maringá vem sofrendo um desenvolvimento socioespacial desigual, onde, as melhores situações de infraestruturas e serviços urbanos, devem ser distribuídas de maneira igualitária para um desenvolvimento homogêneo.

O aumento demográfico e a expansão do tecido urbano geram conseqüentemente um crescimento urbano, o que tem ocasionado o surgimento de diversos tipos de funções, relacionadas à prestação de serviços e ao comércio, podendo gerar uma alteração nos setores dominantes da economia e uma extrapolação de sua funcionalidade.

A periferização de Maringá vem trazendo para cada uma das cidades da sua zona de influência, exigências quanto à organização e gestão do espaço, bem como novas necessidades de infraestrutura e serviços. Tal realidade nos instiga a refletir sobre as possíveis articulações que estão propiciando uma dinâmica particularizada para a região.

Mediante tal contexto, se faz necessário conhecer todo o processo associado à sua criação, bem como, os conceitos enquanto cidade média, arrolados ainda ao importante polo da região ao qual está inserida, onde exerce influência direta nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá.

A presente pesquisa justifica-se quando a compreensão e análise das características socioeconômicas do ambiente urbano através de seus fluxos e trocas nos leva a entender a dinâmica que uma cidade pode exercer sobre outras cidades, podendo ser geradora de avanços e/ou desigualdades.

Através de levantamentos bibliográficos em livros, revistas, teses, relatórios de pesquisa, sites, reportagens pertinentes à temática e com a elaboração de mapas e tabelas baseados em pesquisas de instituições de âmbito nacional buscou-se em três capítulos discutir o conceito de rede, o processo histórico e a formação da RMM, o processo de regionalização pelo REGIC, bem como, abordar o conceito de cidade média, a realidade de Maringá e uma forma de pensar a realidade da polarização em uma estrutura em rede para que fosse possível caracterizar a realidade de Maringá e sua área de influência e seu papel enquanto cidade polo da Região Norte do Paraná e descrever e analisar os processos, fluxos, trocas e a dinâmica associada aos espaços influenciados por ela.

## **2. A REALIDADE E ARTICULAÇÃO DA REDE URBANA DE MARINGÁ**

### 2.1 Conceito e reflexão sobre as redes

Ao tratar de redes geográficas e, por conseguinte, de regiões de influência, deve-se ao começo de tudo, lembrar as teorias que levam a compreensão deste processo que interfere não apenas nas cidades de onde se origina essa influência, mas também as cidades que são influenciadas por determinadas dinâmicas.

Ao resgatar a discussão sobre os conceitos de redes, torna-se imprescindível lembrarmos que as antigas redes diferem desta trama contemporânea de redes estruturadas no atual período de globalização.

Ao investigar sobre a questão, foi encontrada uma vasta produção literária sobre o conceito e estudos sobre redes, que se apresentam e são trabalhados de acordo com interesses específicos nas diversas ciências, como cita Santana (2004, p. 62):

[...] esta riqueza dos estudos sobre redes tem resultado em uma grande produção literária. Esta produção pode ser encontrada nas mais diversas disciplinas, no Urbanismo, Arquitetura, Geografia, Economia, Sociologia e História.

A rede não é objeto fixo, imutável, ela se adapta de acordo com as variações da sociedade e do território, tanto no tempo como no espaço para atender as transformações de suas demandas, como podemos ver em Raffestin (1993, p.204) quando afirma:

a rede aparece [...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações no espaço e as mudanças que advém do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona.

Em Santos (200, p.262) resgata-se a preocupação com a noção de um espaço reticulado onde mediante as redes muda-se o foco da ocupação das áreas para a inquietação de ativar ou criar novos pontos e linhas. Ainda sobre essa noção de espaço refletido em rede H. Bakis (1993, p.4) apud Santos (2000, p.262-263) propõe, ao menos, três sentidos:

a) polarização de pontos de atração e difusão, que é o caso das redes urbanas; b) projeção abstrata, que é o caso dos meridianos e paralelos na cartografia do globo; c) projeção concreta de linhas de relações e ligações que é o caso das redes hidrográficas, das redes técnicas territoriais e também, das redes de telecomunicações hertzianas, apesar da ausência de linha e com uma estrutura física limitada aos nós.

Dando destaque ao primeiro sentido formulado por Bakis, é apresentado uma breve introdução do que se trata a rede urbana enquanto “polarização de pontos de atração e difusão” nas dinâmicas interurbanas estabelecidas pelos espaços urbanos. Importante se faz nesse momento, esclarecer que as redes podem ser compreendidas em dois aspectos: o social e o material. Encontra-se em Santana (2004, p 64 e 65) uma definição que deixa explícita tal realidade:

As redes se distribuem espacialmente por se constituírem como elementos espaciais concretos e sócioespaciais. Elementos espaciais concretos porque podem ser constituídos de elementos sólidos, portanto tangíveis, com clara presença sobre o território fazendo parte da estrutura espacial de uma sociedade, como as rodovias, redes de energia elétrica e fios de telefone. Sócioespaciais porque não se explicam por isso, mas pela sua presença e contribuição nas relações sociais e de produção, porque podem agilizar os processos sociais de reprodução da sociedade, na medida em que, ao ser parte do espaço geográfico, também é suporte, porque as relações são construídas quotidianamente como resultado das relações sociais, suporte para estas; porque por vezes intangíveis ainda assim permitem e ou restringem a circulação, de bens e de pessoas.

As primeiras redes tinham como função principal a distribuição. Por elas circulavam matérias primas, objetos e pessoas, os fluxos se faziam de forma lenta, de acordo com as necessidades locais, condicionados pelas infraestruturas e técnicas da época.

No entanto, segundo SANTOS (1997) o desenvolvimento técnico-científico acumulado, produziu mudanças significativas na própria materialidade do território, com a

adição de novos objetos, reformulando assim sua abrangência e conferindo novas possibilidades às ações, até culminar na atual configuração do meio técnico-científico-informacional, meio geográfico que dá suporte ao atual sistema de ações neste período de globalização

Com esse desenvolvimento técnico-científico, aumenta-se a rapidez dos fluxos e trocas por via, agora de redes imateriais, estas, relacionadas aos fluxos de informações e/ou ordens que se estabelecem através de meios de comunicação como a internet, telefones, etc. Vale ressaltar que o acesso a essas redes não se estabelece de forma democrática, regiões pobres ou classes baixas não possuem a mesma velocidade de acesso às redes ao mesmo passo com que essas se desenvolvem.

As redes que se configuram na atualidade possuem características distintas, tais como as redes de infraestrutura, que funcionam como suporte para o fluxo de materiais e informações no território, como por exemplo, as redes de transporte (rodovias, ferrovias, etc.), e as de comunicação e informação (infovias, internet, sistemas de comunicação via satélites, etc.) que apresentam-se como estruturas que são resultado e resultante de um maior avanço tecnológico do espaço geográfico, visando a realização otimizadas das ações empreendidas pelos agentes que delas participam.

Passando de uma escala global para uma escala regional, as redes, sejam materiais ou imateriais atuam intensamente no cotidiano das cidades. No contexto da Região Metropolitana, avistamos Maringá como um nó importante na rede estabelecida pelas trocas e fluxos com as cidades ao seu redor, formando assim um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente estabelecidos por sua Região Metropolitana.

## 2.2 Processo histórico de Maringá e sua Região Metropolitana

Maringá localiza-se no centro-norte do Estado do Paraná, na latitude 23°25'00'' S e na longitude 51°25'00'' W fazendo limites com os seguintes municípios: Ângulo, Astorga, Iguaçu, Floresta, Marialva, Sarandi, Paiçandu e Mandaguçu como mostra a figura 01.

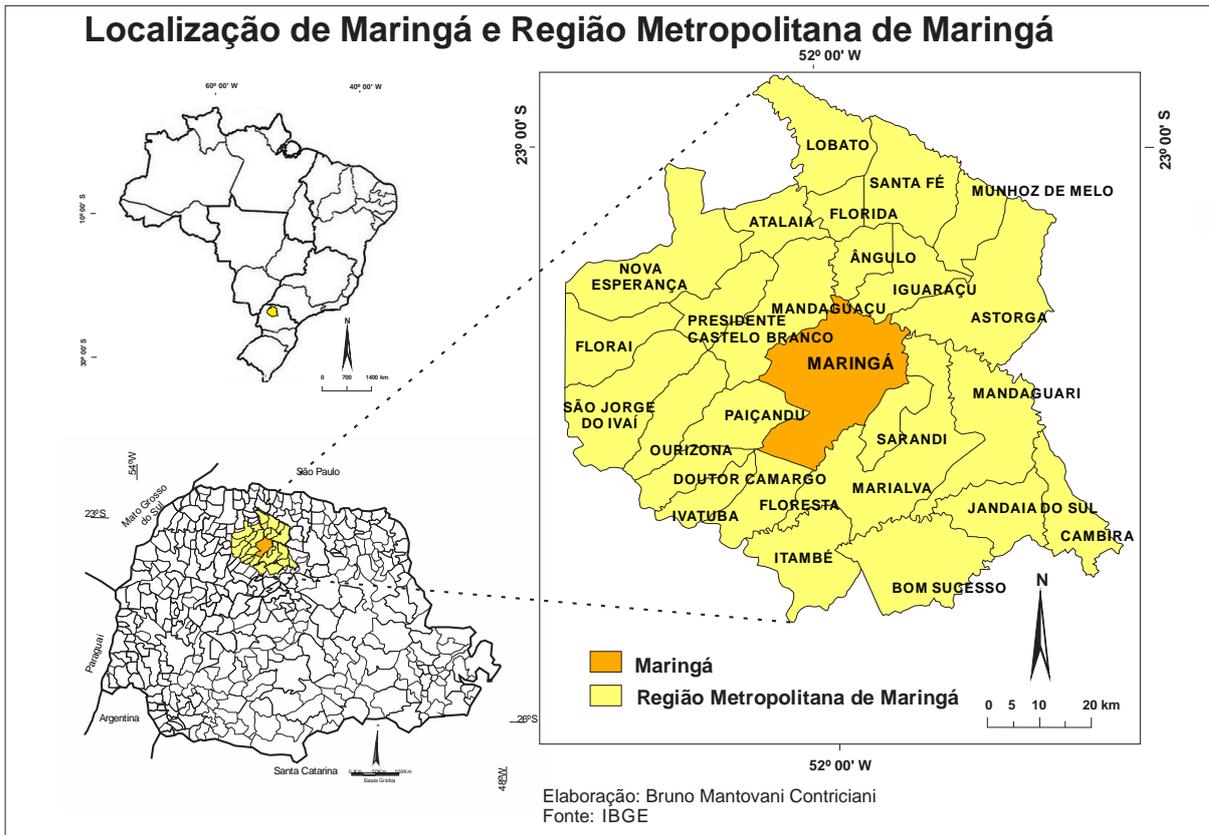


Figura 01: Localização da cidade de Maringá e sua Região Metropolitana.

Segundo dados retirados do Plano Local de Habitação de Interesse Social – (PLHIS – Maringá), com o plano de ocupação da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná (CMNP) surge na região onde se localiza Maringá, uma grande aclamação pela vinda de produtores de café, principalmente do estado de São Paulo, para que produzissem na região com promessa de facilidade no escoamento, vias planejadas, terras férteis, lotes baratos, facilidade no fornecimento de insumos e consequentemente empregos. Assim, o povoamento da região começa por volta de 1938 e já próximos aos primeiros anos da década de 1940 começaram a surgir às primeiras edificações urbanas.

Passado os anos, e com uma malha urbana<sup>1</sup> de certa forma já configurada, Maringá é fundada em 10 de maio de 1947 como Distrito de Mandaguari. Somente em 1951 com a Lei nº 790 de 14/11/1951 é que Maringá foi elevada ao patamar de Município.

<sup>1</sup> É a realidade material e funcional que é criada, num dado lugar, pelo efeito conjugado dos edifícios, das infraestruturas urbanas e dos espaços não edificados que nele existem.

A proposta elaborada pela CMNP para a região de Maringá era de fato que ela se tornasse um polo regional, com o intuito de comercializar bens e serviços que pudessem atender as necessidades das famílias que migravam não apenas para o município, mas também para a região em busca de novas oportunidades. Isso ocorreu de maneira relativamente rápida, pois dados do primeiro censo demográfico apontavam que o município (em 1950, três anos após sua fundação) já contemplava 38.588 habitantes, considerando que cerca de 80% vivia na zona rural e cerca de 20% (cerca de 7.000 habitantes) habitavam na zona urbana.

Esse crescimento acelerado da população esteve diretamente relacionado com a expansão da fronteira agrícola através da venda de pequenos lotes na região, onde pequenos produtores puderam se instalar e ter condições de produção, devido ao fornecimento de bens e serviços que Maringá ofertava.

Com a evolução de sua rede urbana norte-paranaense, no que consiste em geração de renda, consumo de bens e serviços (mercado) e aumento da malha viária, proporcionou uma acessibilidade rápida e fácil a muitos dos municípios que estão em seu entorno, fomentando em 1987 as primeiras ações para que fosse criada a atual Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Em 1989, foi criado o Metroplan (Figura 02), um projeto pioneiro no Brasil, que tinha como objetivo principal dar base para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá, envolvendo as cidades de Maringá, Sarandi, Paiçandu e Marialva. O principal objetivo foi desenvolver projetos e buscar recursos em conjunto nas áreas de habitação, saúde, educação, sistema viário, cultura, lazer e esportes, entre outros, para as cidades circunvizinhas à Maringá, que vinham se caracterizando como “cidades dormitórios”, para que as mesmas se desenvolvessem e pudessem futuramente garantir a seus habitantes uma qualidade de vida similar à de Maringá.

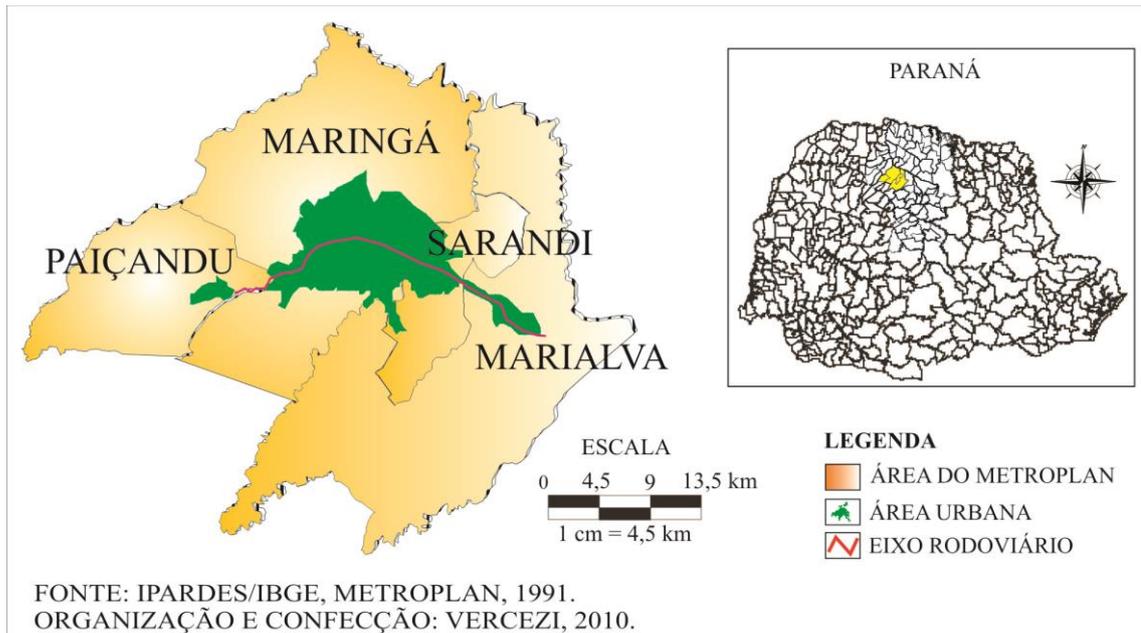


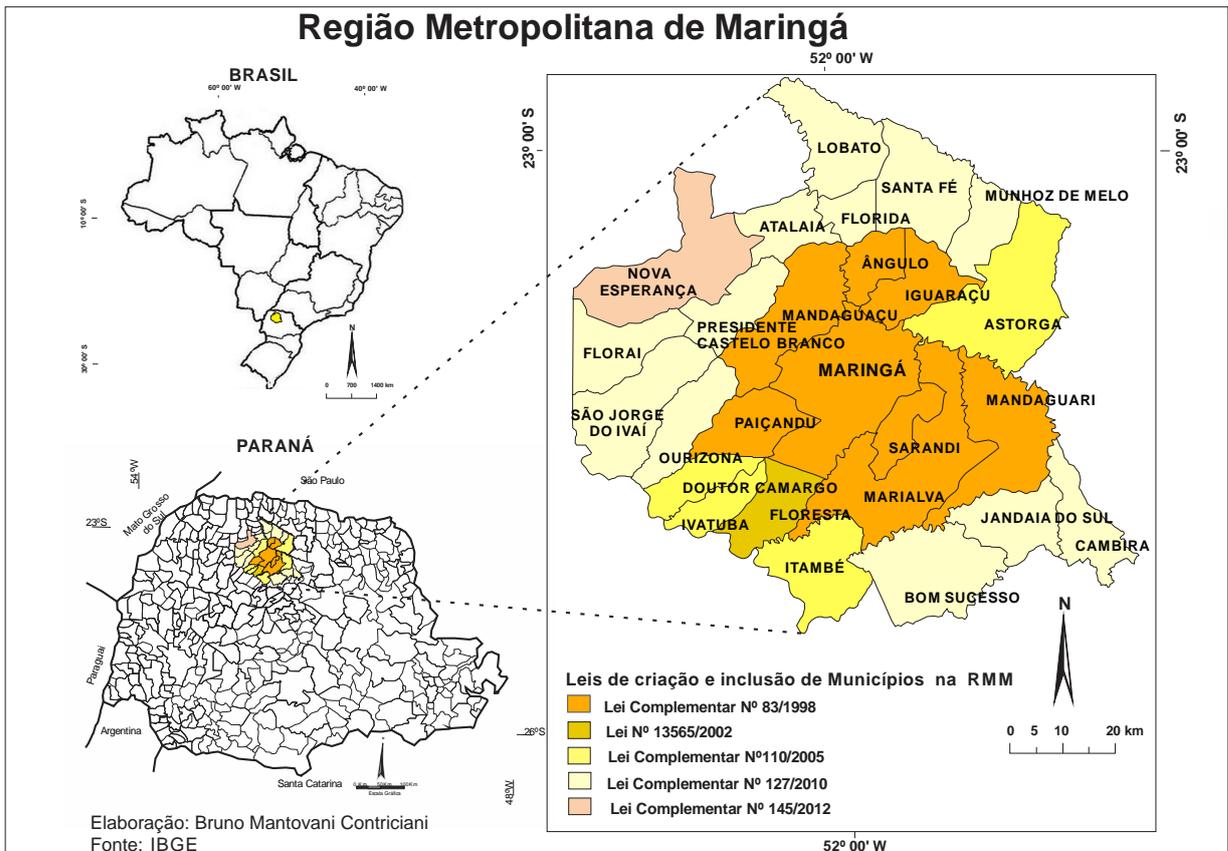
Figura 2: METROPLAN

O projeto teve um impacto positivo nessas cidades, que foram contempladas inclusive com planos diretores, porém, não teve continuidade.

Em 1998, foi criada a Região Metropolitana de Maringá (RMM) pela Lei Estadual nº 83/98, compondo-se de 08 municípios, aos quais foram acrescentados, em 2002, pela Lei nº 13.565, o município de Floresta e, em 2005, pela Lei Complementar nº 110/2005, os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé. Ressalta-se que as áreas que apresentam um processo de conurbação com Maringá, situam-se nos municípios de Maringá, Sarandi e Paçandu, sendo bastante grande a disparidade social e econômica entre esses municípios.

A Lei Complementar Estadual nº 127 de 17 de Fevereiro de 2010 alterou o artigo 1º da Lei Estadual nº 83/98, que criou a RMM, incluindo mais doze municípios e se constituindo dos seguintes municípios: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí e Ourizona.

Com a entrada em vigor da Lei Complementar 145 - 24 de Abril de 2012, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 83/98, incluindo o Município de Nova Esperança na Região Metropolitana de Maringá, esta passou a contar ao todo com 26 municípios, apresentando a nova conformação geopolítica conforme é apresentado na figura 03.



**Figura 03: Região metropolitana de Maringá e as leis que a institucionalizaram**

**Fonte:** REGIÕES DE INFLUENCIA DAS CIDADES E SUA EVOLUÇÃO: O CASO DE MARINGÁ – PR. CASTELETTO, Hugo Santana. Adaptado.

A fim de dimensionar o tamanho populacional e a área física de cada cidade que compõem a RMM foi adicionada a tabela 1, que nos mostra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a quantidade de pessoas residentes em cada cidade, sua área física e sua distância em relação a Maringá.

<b>Região Metropolitana de Maringá – População residente, área e distância à Maringá</b>			
<b>Município</b>	<b>População (2013)</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Distância à Maringá (km)</b>
Ângulo	2.959	106.021	37
Astorga	25.862	434.791	50
Atalaia	4.007	137.663	55,1
Bom Sucesso	6.906	322.755	61,3
Cambira	7.657	162.635	49,3
Doutor Camargo	6.036	118.278	39,3
Floraí	5.137	191.133	50,2
Floresta	6.397	158.225	50,2
Flórida	2.662	83.046	51,1
Iguaraçu	4.241	164.983	30,9
Itambé	6.183	243.821	42,1
Ivatuba	3.180	96.786	44,4
Jandaia do Sul	21.131	187.600	41,3
Lobato	4.658	240.904	60,2
Mandaguari	34.150	335.814	34,1
Mandaguaçu	21.419	294.010	22
Marialva	34.096	475.467	17,2
Maringá	391.698	487.930	-
Munhoz de Melo	3.883	137.018	43,1
Nova Esperança	27.783	401.587	45,6
Ourizona	3.485	176.457	37,6
Paiçandu	38.846	171.379	16,1
Presidente Castelo Branco	5.101	155.734	33,3
Santa Fé	11.297	276.241	49,9
Sarandi	89.388	103.226	7,9
São Jorge do Ivaí	5.673	315.088	49,8
<b>Total</b>	<b>764.906</b>	<b>5.978.592</b>	

Fonte: IBGE

Tabela 1: Região Metropolitana de Maringá – População residente, área e distância à Maringá

Com a implantação da Região Metropolitana de Maringá, cria-se uma perspectiva concreta de melhoria da infraestrutura urbana dos municípios que a compõem, pois há rubricas específicas para regiões metropolitanas. Novos municípios podem ser agregados a uma unidade que contemple relação entre vários municípios. Mediante tal realidade e para fazer uma reflexão que dê algum direcionamento a essa questão dentro do processo torna-se relevante o estudo feito pelo IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades – REGIC, pois o mesmo mostra como Maringá, considerada pelo próprio estudo como Capital Regional B

(figura 5) exerce influência sobre as demais cidades que a circundam (tema este abordado no tópico a seguir) e constituem sua Região Metropolitana politicamente já instituída.

### 2.3 Proposta de Regionalização pelo IBGE – REGIC

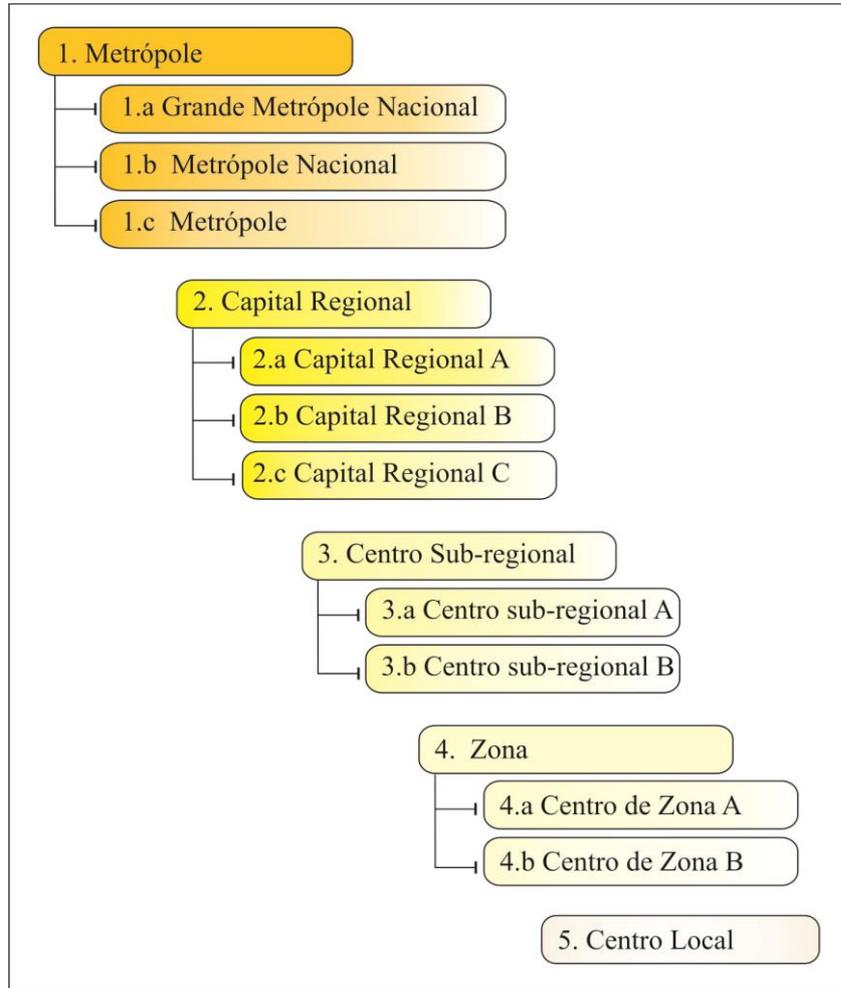
O REGIC 2007 (Região de Influência de Cidades 2007), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem por objetivo principal estudar a rede urbana brasileira, e assim subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem.

A atualização das Regiões de Influência das Cidades estabelece inicialmente uma classificação dos centros e, a seguir, delimita suas áreas de atuação. Na atual versão, privilegiou-se a função de gestão do território, onde, segundo CORRÊA (1995, p.83) “centro de gestão do território [...] é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (CORRÊA, 1995, p. 83).

A fim de identificar e hierarquizar os núcleos de gestão do território, foram utilizadas informações secundárias e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas, para que fosse possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica.

Um segundo passo foi delinear as áreas de influências dos centros e deixar claras as articulações das redes no território. E por fim, foram delimitadas a hierarquização dos centros urbanos.

A hierarquização das cidades brasileiras adota a seguinte classificação (figura 04).



Fonte: IBGE – REGIC, 2008

Organização e Confecção: Vercezi, J. T. 2009.

Figura 4: A hierarquização das cidades brasileiras de acordo com a classificação do REGIC.

O quadro 01 apresenta os diferentes métodos de classificação do REGIC conforme sua evolução, apontando também a evolução hierárquica dos centros da rede urbana do Paraná.

<b>Cidades na região de influência de Maringá, classificação e população urbana – 2007</b>		
<b>Cidades</b>	<b>Classificação</b>	<b>População Urbana</b>
Campo Mourão	Centro Sub-regional A	77.796
Paranavaí	Centro Sub-regional A	73.463
Cianorte	Centro Sub-regional B	57.321
Loanda	Centro de Zona A	17.234
Campina da Lagoa	Centro de Zona B	12.752
Goioerê	Centro de Zona B	24.991
Nova Londrina	Centro de Zona B	10.963
Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Floraí, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Jardim Olinda, Lobato, Mandaguaçu, Munhoz de Melo, N. <sup>a</sup> Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paranapoema, Paranacity, Roncador, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Uniflor.	Centros Locais	Cidades com até 10 mil habitantes
Fonte: IBGE/REGIC(2008, p.69), IBGE (2007) Contagem da População. Org.: FERREIRA, S. C. 2010.		

Quadro 01: Cidades na região de influência de Maringá, classificação e população urbana – 2007

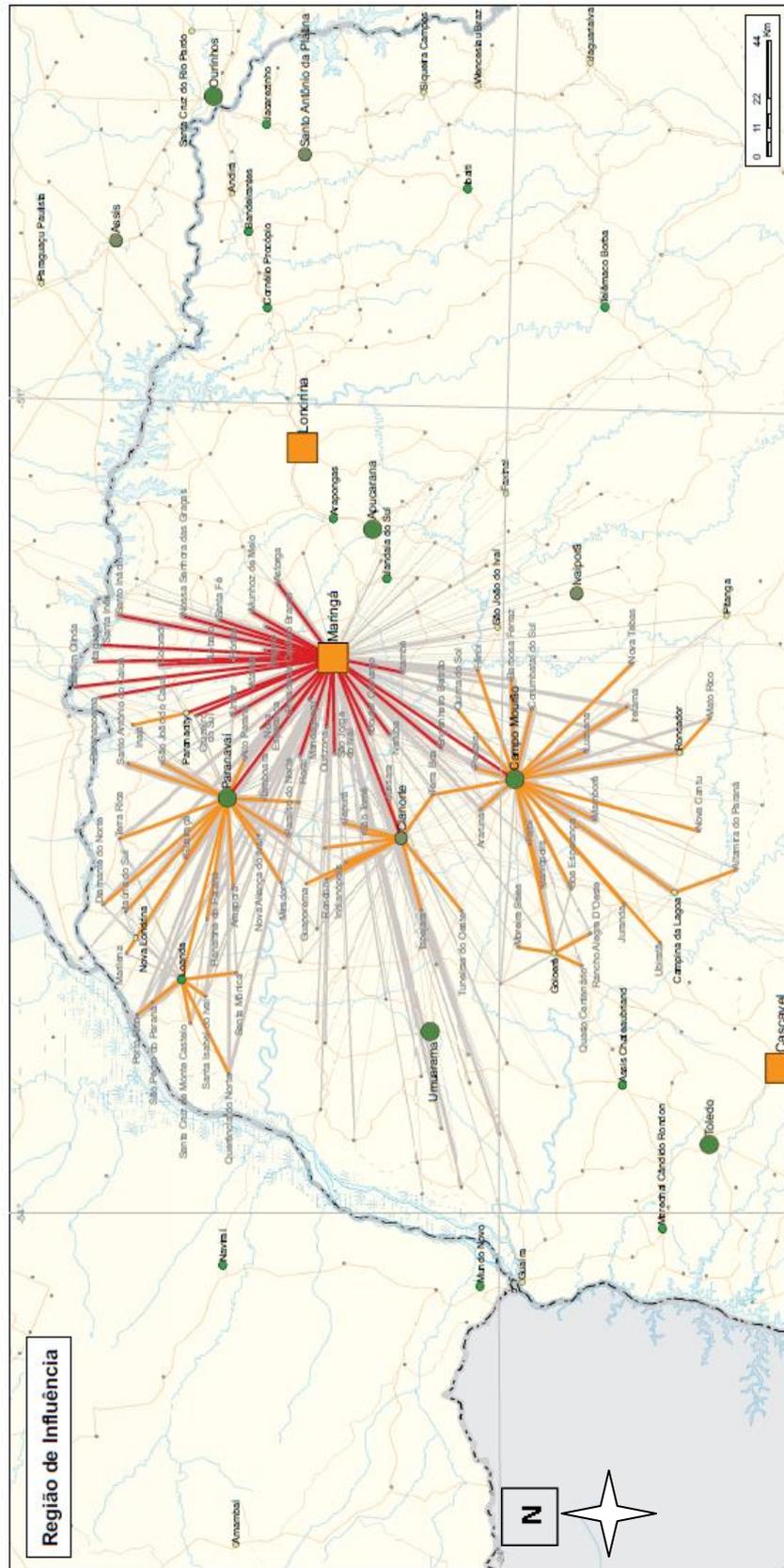
Os Centros Locais não constam no quadro, mas, são de suma importância para a RMM, pois, é o nível hierárquico que representa a maioria das cidades que compõem a região de estudo. Segundo definição do REGIC, o Centro local representa cerca 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes e têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Foram abordados temas como, as principais ligações de transportes regulares, em particular as que se dirigem aos centros de gestão; e os principais destinos dos moradores dos municípios pesquisados para obter produtos e serviços (tais como compras em geral, educação superior, aeroportos, serviços de saúde, bem como os fluxos para aquisição de insumos e o destino dos produtos agropecuários).

Ou seja, a hierarquia dos centros urbanos levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais.

De acordo com a classificação REGIC 2007, a cidade de Maringá é classificada como Capital Regional B, como mostra o figura 5 e 6.

Mapa — Maringá (PR) – Capital regional B (2B)



Fonte: IBGE – REGIC (2008).

Figura 5 – Região de Influência de Maringá (PR) como Capital Regional B.

As capitais regionais têm capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

Conforme o REGIC este nível tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro nas demais regiões do País. Maringá é considerada Capital regional B (figura 6) que consiste:

Capital regional B – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.

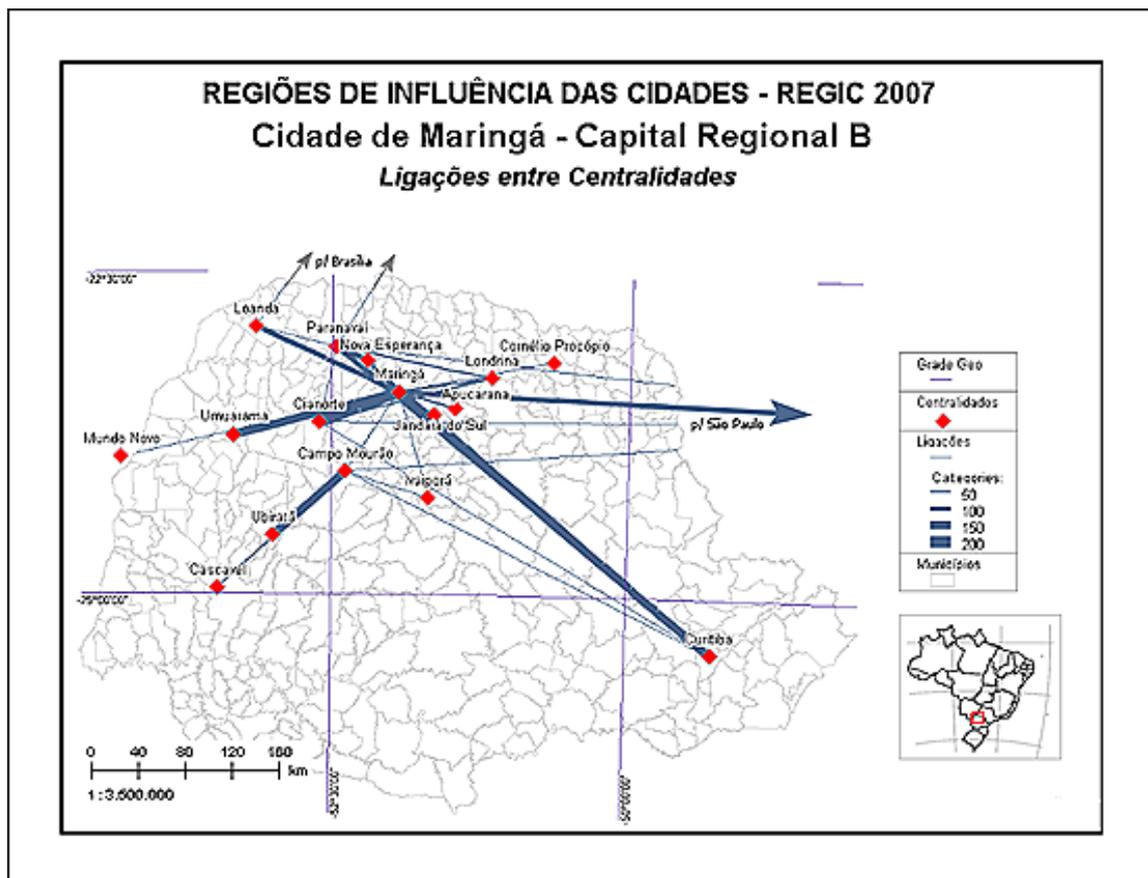


Figura 6 - Ligações entre centros segundo a gestão pública e de empresas privadas (Maringá).  
 Organização: José Carlos Junior

A figura anterior corresponde ao total de ligações entre centros em função da dependência do centro irradiador (Maringá) para a gestão pública federal (INSS, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Justiça Federal e Justiça do Trabalho) e as ligações empresariais medidas através da existência de sedes e filiais de empresas nos centros.

O estudo aponta mudanças no norte do Paraná, pois, em relação às capitais regionais, as redes de Londrina e de Maringá passaram a integrar a rede de Curitiba e não mais a de São Paulo, como se observava até então por estudos anteriores.

O processo de regionalização do Estado e sua assimilação pelas estruturas de poder, assim como por entidades e organizações da sociedade, visam imprimir ações que incidam exclusivamente sobre municípios, atomizando e muitas vezes enfraquecendo os efeitos das inversões de recursos; tendo em vista também evitar que se proponham medidas homogêneas para realidades diferenciadas do território.

Procura impedir esses extremos, onde ora se erra pela falta de uma compreensão mais global, ora pelo excesso generalizante - é um dos objetivos da regionalização, buscando obter uma estrutura básica capaz de propiciar o desenvolvimento equilibrado entre os municípios.

A tendência de uma região é caracterizar-se pela continuidade de um processo de urbanização, reforçando o espraiamento da população menos privilegiada pelo capital, do polo para as cidades que lhe estão próximas, qualificando-se com expressivas contradições.

A periferização de Maringá vem trazendo para cada uma das cidades do aglomerado, exigências quanto à organização e gestão do espaço, bem como novas necessidades de infraestrutura e serviços urbanos.

Essas exigências, já esgotadas em grandes cidades, as tornando menos atraentes, levam assim a população e às atividades industriais a se desconcentrarem desse local e partirem rumo a cidades médias como é o caso de Maringá que apresenta melhores infraestruturas, grande mercado consumidor, abundância de serviços e mão-de-obra especializadas, entre outros fatores que atraem a população e a economia. Assim, as cidades médias, em prejuízo da concentração nos centros metropolitanos, se tornam chamarizes às pessoas e a economia e conseqüentemente aumentam as trocas e os fluxos com suas cidades vizinhas. Várias cidades médias se tornaram, portanto, cidades polos de novas regiões metropolitanas.

### 3. COMO PENSAR A DIMENSÃO DE UMA CIDADE MÉDIA?

#### 3.1 O conceito de cidade média

Seguindo primeiramente para uma caracterização quantitativa, em meados dos anos 1970, surgem no Brasil as primeiras tentativas de abordagens e aproximações teóricas sobre cidades médias, tendo como enfoque principal o “porte médio” da cidade.

A adjetivação como média conduz à escala de grandeza. O conceito de cidade média num primeiro momento faz menção ao seu tamanho, isto é, seria aquela cidade que está entre a pequena e a grande cidade, ou seja, teria uma dimensão intermediária.

Para Bellet e Llop (2004, não paginado) o porte demográfico e a extensão física eram as variáveis mais importantes na delimitação e definição da cidade média, variáveis atualmente consideradas muito rígidas e estáticas. Sendo assim uma problemática, a partir do momento em que a determinação do porte de uma cidade varia de um país para o outro, e dependendo do autor, até mesmo dentro do Brasil de uma determinada região para outra.

Um ponto que explica esta dificuldade em conceituar cidades médias encontra-se no fato de a dimensão populacional variar de acordo com a escala de análise. Com base na escala mundial, os valores são consideravelmente distintos, como por exemplo:

[...] para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU -, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes [...] Andrade e Serra (2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município [...] (FRANÇA, 2007, p. 51-52).

É necessária atenção em relação ao uso das expressões cidade média e cidade de porte médio. As cidades médias são aquelas que desempenham papéis de intermediação em suas redes urbanas, diferenciando-as de cidades de “porte médio”, que são aquelas que são assim definidas, exclusivamente, em função de seu tamanho demográfico (SPOSITO, 2010).

A heterogeneidade de valores mostra-nos a dificuldade em sustentar a definição de cidade média apoiado em critérios relacionados à sua dimensão física e demográfica, assim como realizar estudos comparativos entre países. Neste sentido, Costa (2002, p.109) contribui ao dizer que:

As dificuldades em definir as cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais estão associadas a vários fatores sobre os quais importa refletir. Por um lado depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro, depende do próprio conceito de urbano. Fatores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento econômico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades.

Entende-se que o emprego do dado demográfico tem muito a ver com o momento histórico, a localização geográfica, as especificidades da cidade e a região de estudo. Desse modo, ainda que inexistam conceitos e parâmetros mais exatos que permitam definir mais precisamente essa categoria, suas características principais podem ser percebidas quando se estudam as relações que elas estabelecem com as demais, numa determinada escala.

Amorim Filho e Serra (2001, p.7-8) propuseram uma conceituação mais abrangente e que melhor caracterizasse cidades médias, baseada nos seguintes atributos:

Interações constantes e duradouras tanto em seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; Tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços microrregional a elas ligado; Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural [...]; Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural, microrregional que as envolve; Diferenciação do espaço intra-urbano com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica [...]; Aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

Destaca-se em relação às cidades médias, a ampliação e transformações de seus papéis e funções. Ainda que não haja precisão no seu conceito, essas são reconhecidas por constituírem-se em importantes nós da rede urbana nacional (CORRÊA, 2007).

Entre os papéis atribuídos às cidades médias, o papel articulador e de intermediação tem sido encarado como essencial para a implantação, para o desenvolvimento e para a expansão de eixos e corredores de transportes e comunicações, de redes de diferentes tipos que possuam uma base espacial, assim como de redes muito espaciais como as das tecnopolos. (AMORIM FILHO e SERRA, 2001).

Para Sposito (2004, p. 126), cidades médias, de acordo com as análises “são centros regionais importantes, em função de serem os elos entre cidades maiores e menores”.

A autora afirma que,

[...] o que se compreende como cidades médias só podem ser consideradas no plano conceitual e a partir de uma análise que contemple a situação

geográfica da aglomeração ou centro urbano que a constituem, seus papéis econômicos regionais, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Os papéis econômicos aqui destacados são mais aqueles referentes às atividades comerciais e de serviços do que propriamente as industriais [...] (SPOSITO, 2004, p. 127).

Segundo Fresca (2001) para se identificar uma cidade média, é preciso ter o entendimento do contexto socioeconômico de sua inserção, isto é,

[...] na busca de identificar e estudar determinada cidade média é preciso analisar o processo de inserção e as constantes re-inserções dessa cidade em sua rede urbana, verificando as interações regionais e, principalmente, as extra regionais através dos fluxos materiais e imateriais estabelecidos. Dessa forma, ter o conhecimento da área de influência dessa cidade em todos os setores, entre eles o político, o de comércio e serviços, o econômico e o de ensino etc. (LEITZKE; FRESCA, 2009, p.7).

Portanto, baseado em Amorim Filho (2007), uma cidade que integra essa categoria deve estabelecer intercâmbios constantes e com razoável intensidade, grau de conectividade e qualidade com seu espaço regional e com as aglomerações hierarquicamente superiores; ser capaz de promover a dinamização do espaço rural microrregional que a envolve e apresentar alguma autonomia na geração de parte de seus equipamentos de relações externas.

No que tange a morfologia interna, ressaltou como essenciais os seguintes aspectos: presença de um centro relativamente complexo onde respondam-se mais do que as demandas dos habitantes locais; existência de um número razoável de sub-centros, que atendam às necessidades dos seus moradores; e que conte com uma periferia cuja evolução ocorra de forma descontínua espacialmente, e repentina, em termos temporais, o que produz uma estrutura poli nucleada. De posse desse rol de elementos, acrescentou que algumas dessas características, de forma geral, variam de uma região para outra, a depender do nível de desenvolvimento, da posição geográfica e das condições histórico sociais de formação de cada uma delas.

Se existe a decisão de adotar o tamanho populacional como indicador para definir as cidades médias compete a cada autor, pesquisador ou formulador de política pública, tendo sempre como referência os processos histórico-sociais que levaram à consolidação da estrutura da rede observada, estabelecer o critério demográfico mais pertinente para seu objeto.

Várias cidades médias se tornaram, portanto, cidades polos de novas regiões metropolitanas. Sobre o interesse do estado nacional na consolidação dessas cidades como novos centros integrados à economia nacional observem-se o que dizem Andrade e Serra (2001):

Era plural o interesse por essa alternativa espacial de crescimento, valorizando as cidades médias: vislumbrava-se a minimização da pobreza urbana; a garantia da capacidade gerencial e financeira do estado em prover equipamentos e serviços urbanos; evitar a queda da produtividade das atividades econômicas; a preservação do meio ambiente; o avanço do projeto de integração do território nacional; a ocupação das fronteiras nacionais. O foco nas cidades médias, e não nos pequenos centros urbanos, justificava-se pela preocupação em atingir o menos possível o processo de crescimento econômico no país, ou seja, evitar uma pulverização espacial excessiva de capitais públicos e privados. Portanto, para que um determinado centro urbano se apresentasse como alternativa locacional às metrópoles, era preciso, além de certo nível de complexidade da divisão do trabalho, uma oferta suficiente de infra-estrutura produtiva (Andrade e Serra: 2001, p.7).

Segundo Peluso e Dourado (2012), a partir da década de 1970, as cidades médias, especialmente as do Sul e do Sudeste, se tornaram localidades potenciais para absorção de novos empreendimentos. No Paraná, cidades como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa foram tomadas como uma alternativa espacial para o crescimento da capital.

Estas foram recebendo um número cada vez maior de pessoas e investimentos e aumentando sua influência em relação a suas cidades vizinhas. Conseqüentemente, com o aumento populacional vem também o surgimento de novos problemas, pois a cidade média, agora polo da região metropolitana, não possui infraestrutura para “abrigar” o aumento populacional forçando-os a se deslocarem às cidades do entorno.

Em relação à região metropolitana de Maringá, esse comportamento é claramente observável: os outros municípios que ela influencia têm perfis populacionais e vocações econômicas bem distintas. Pelo menos dois deles, Sarandi e Paçandu. Estes já conurbados com Maringá servem como receptores da população mais carente que não consegue se instalar em Maringá ou é forçada a deixar a cidade e fixar residência nesses lugares onde o valor dos aluguéis, dos terrenos urbanos e dos imóveis é mais baixo.

### 3.2 Como pensar a realidade da polarização em uma estrutura em rede?

A denominação polarização traz implícita a existência de um polo. Uma região polarizada pode, portanto, apresentar-se sob a influência de um polo de crescimento. Um polo de crescimento pode configurar-se como um fator de atração de insumos, fatores de produção e de atividades. Concentram em seu recorte, pessoas e atividades. Por outro lado, difunde renda, emprego e inovações na área em que exerce sua influência, difundindo os efeitos.

Segundo Perroux (1967) o espaço polarizado é um tipo de espaço econômico (abstrato) e a polarização compreende forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), e surgem, basicamente, em razão da concentração de população e de produção.

Ele afirma que o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igualitária e simultânea em toda parte, e que, ao contrário, é um processo irregular que enquanto fortalece determinadas áreas ou regiões, estará enfraquecendo outros locais, conseqüentemente, causando desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, em muitos casos, para que uma região ou cidade se fortaleça, outras poderão estar enfraquecendo. É normal observar desigualdades regionais; o crescimento econômico das diversas áreas do território não é uniforme ou homogêneo. O processo de crescimento surge em partes do território. Como cita, “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Com essas afirmações, Perroux (1967) apresentou a essência de sua teoria, a saber:

- a) o crescimento é localizado, isto é, não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo;
- b) o crescimento é forçosamente desequilibrado; e
- c) a interdependência técnica é um fator a se destacar na transmissão do conhecimento

De acordo com Andrade (1987), polo de crescimento é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região, é por isso que o desenvolvimento regional estará sempre ligado ao seu polo. Com tudo faz-se necessário

distinguirmos crescimento e desenvolvimento que são totalmente diferentes entre si. O desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que se deixa fazer crescer, o crescimento, porém, existe apenas quando há um aumento do produto global.

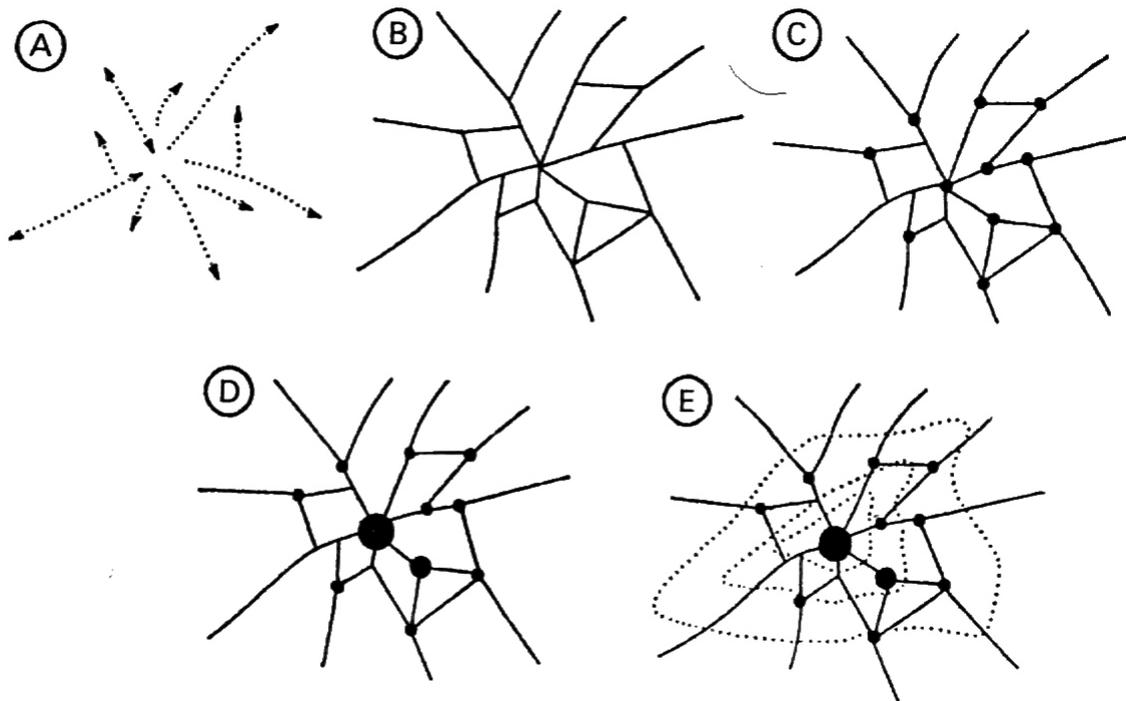
Segundo Perroux (1967), o polo de desenvolvimento não se forma apenas como uma unidade isolada, mas está ligada a sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações. Ou seja, um dos pontos importantes sobre os polos é que exercem grande influência sobre uma região ou determinada área, esta influência tem obrigatoriamente que ser canalizada por estradas, e caminhos que liguem a área polarizada ao centro polarizador.

Há a necessidade ainda de identificar as regiões homogêneas e heterogêneas. A região é homogênea quando corresponde a um espaço contínuo onde cada uma de suas partes apresenta características semelhantes. A região é polarizada quando se considera a interdependência das aglomerações urbanas. É um espaço heterogêneo onde suas diversas partes são complementares, em um sistema hierarquizado de acordo com os bens produzidos.

Boudeville (1970) define, no caso de regiões homogêneas, que as mesmas devem-se reunir no espaço as pequenas unidades locais que apresentam as mesmas características através da observação de alguns indicadores, como renda per capita, nível de industrialização e alfabetização, etc. No caso de regiões polarizadas, o critério utilizado é funcional e deve considerar as interdependências em torno de um polo, determinando sua esfera de influência e sua hierarquia através de índices indiretos, como a densidade populacional e os custos de transporte.

Maringá se enquadra na teoria Perroux no momento em que a mesma se relaciona com sua região e exerce influências por caminhos materiais e/ou imateriais proporcionando uma dinâmica de fluxos, desempenhando seu papel de polo de desenvolvimento.

Afim de ilustrar a evolução do espaço regional polarizado pelo espaço urbanizado, Haggett (1973) criou um esquema. No seu esquema o processo de polarização e urbanização ocorre através de algumas etapas, conforme demonstra a Figura 7.



Fonte: Hagget, 1973.

Figura 7 - Etapas de polarização e urbanização de Hagget.

A partir da leitura da figura acima podemos afirmar que o processo de polarização e urbanização se inicia através dos movimentos e fluxos (A). Esses movimentos formam uma rede (B), que acarreta na formação de nós e/ou polos (C). É na etapa posterior que há a configuração da hierarquia das cidades (D). A última etapa configura uma região, com polos e hierarquias já definidos (E). A formação das regiões urbanas e polarizadas ocorre nas três últimas etapas, através da intensidade de fluxos e refluxos.

As regiões se organizam em torno de uma cidade que polariza, dominando e orientando a vida econômica da sua área de influência. Esse domínio se dá nas relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas e políticas. Destacam-se as que praticam as produções industriais específicas, representações comerciais e as vendas no atacado, que é o caso de Maringá, onde sofre grande influência dessas relações.

Maringá e seus diferentes segmentos acabam por caracterizar o perfil de cada espaço e a sua função específica em relação às cidades que se relacionam com ela. Ela apresenta um volume de serviços incipientes à demanda populacional da região o que é característico de cidades polo. Como cita Vercezi.

As relações sociais estabelecidas por Maringá decorrem de sua criação, pois tornou-se uma cidade polo que exerce significativa influência nos municípios vizinhos. Em decorrência de seu —peso demográfico e sua força

política e econômica, Maringá apresenta uma funcionalidade urbana que possibilita justapor gêneros diferenciados de funções (VERCEZI, 2001, p. 127).

Maringá como cidade polo faz sentir o seu crescimento sobre a região que a cerca, uma vez que ela cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região. Ela estabeleceu e vem perpetuando uma forte influência sobre os municípios que proporcionam uma movimentação diária de pessoas, bens e serviços, municípios estes com um alto grau de urbanização.

#### **4. A dinâmica socioeconômica exercida por Maringá em sua área de influência no Estado do Paraná**

Maringá, foi beneficiada por políticas Públicas e beneficiada também por aquelas implementadas pela empresa colonizadora, no caso, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A partir da década de 1980, quando passou por significativas mudanças no sistema de geração de capital, firmou-se, gradativamente, como um expressivo centro comercial urbano. Desde então, as elites política e econômica buscaram dotá-la de equipamentos modernos, voltados a atrair mais investimentos e promover a terceirização econômica.

Contudo, convém destacar o que Rodrigues (2005) fala,

A ocupação urbana extravasou o âmbito municipal em direção à região metropolitana de Maringá (RMM), onde ocorrem manifestações deste fenômeno a partir de um arranjo espacial que operacionalizou a segregação da pobreza para outros municípios e permitiu ao município sede preservar as características urbanísticas – privilegiadas – previstas no projeto inicial, que asseguraram à cidade uma configuração ajardinada e bela.

O reconhecimento da RMM como um polo de atração de recursos estaduais e federais pode em um futuro próximo, corroborar para que os municípios envolvidos no processo possam se desenvolver. Convém ressaltar que usualmente o acesso aos recursos geralmente são mais concentrados nas cidades maiores.

O grande centro da região que é Maringá, exerce grande influência não só nos municípios da região, mas também em grande parte do estado. O polo de Maringá apresenta,

na hierarquia da rede urbana brasileira, nível de centralidade caracterizado como muito forte, articulando uma grande área que abrange parte do interior paranaense e adentra os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Observa-se em Maringá, cidade que apesar de estar crescendo muito, vem mantendo ótimos indicadores econômicos e sociais. A cidade é uma das que mais cresceu no estado na década passada atraindo população com poder aquisitivo. Dentre alguns fatores que podem ser citados para explicar o bom momento para o desenvolvimento de Maringá, podem ser referenciados os setores de serviços, construção civil e indústria da moda.

Considerando os indicadores verifica-se que o PIB per capita da cidade núcleo maior que o PIB per capita das demais cidades da RMM, (figura 8) bastante superior ao de Paçandu e Sarandi cujos limites geográficos se confundem com a cidade núcleo e têm alto grau de integração na dinâmica da aglomeração.

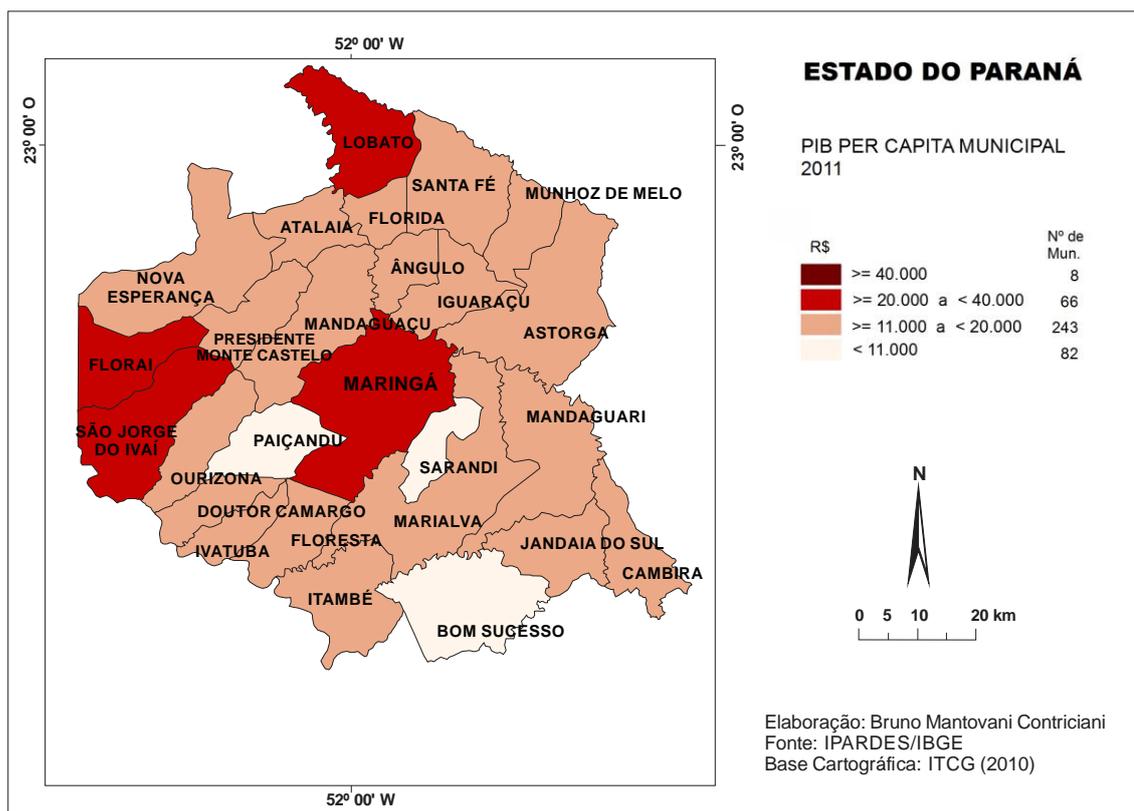


Figura 8: PIB per capita municipal da RMM no ano de 2011.

Destaca-se a forte presença do setor serviços na RMM, com atividades concentradas em Maringá, particularmente de segmentos que denotam importantes

encadeamentos produtivos, como os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, bem como de serviços sociais, como saúde e educação.

A região possui um ambiente de Ciência, Tecnologia e Inovação consolidado. Além disso, observa-se uma expressiva estrutura de ensino superior, que se traduz na diversidade de instituições envolvidas, com destaque para a Universidade Estadual de Maringá, e de cursos ofertados, chamando a atenção o crescimento de cursos em nível de pós-graduação.

O potencial de industrialização tem sido explorado nos últimos anos, haja vista o número de Arranjos Produtivos Locais – APLs organizados na região. A região conta com a presença de cinco APLs, sendo o de confecções de Cianorte/Maringá o que merece maior destaque. Este gera em torno de 100 mil empregos diretos e indiretos, uma produção de 13 milhões de peças/mês, e faturamento mensal de aproximadamente R\$ 200 milhões. Integram o chamado Corredor da Moda Paranaense empresas voltadas ao setor confeccionista sediadas em mais de 100 municípios - localizados ao longo do eixo de 75 quilômetros que liga Cianorte a Maringá.

No polo de Maringá, os gêneros mais importantes são o da química (óleo vegetal), alimentos, têxtil e mobiliário. Estas atividades, apesar de estarem concentradas em Maringá, também se destacam nos municípios do seu entorno. A indústria química ligada ao processo de soja e refino de óleo estende-se aos municípios de Marialva e Sarandi. Conforme estudos do IBGE, estes municípios juntamente com Maringá contribuem com a maior parcela da produção neste ramo devido à atuação da Cooperativa Agropecuária de Maringá (COCAMAR) e da Ceval (empresa do grupo BUNGE Alimentos). No ramo têxtil além de Maringá, destaca-se Mandaguari.

O setor agropecuário tem grande importância econômica na região, pois exerce uma função de complementaridade ao segmento. O perfil da economia da região de Maringá pode ser caracterizado pela consolidação de polo agroindustrial sustentado pela maior integração das cooperativas COCAMAR e COAMO na produção de soja, açúcar, milho, trigo e algodão.

Segundo Salgueiro (1999),

de forma geral, as cidades médias paranaenses sempre foram contempladas por ações estatais que favoreceram seu desenvolvimento. Maringá, seguindo uma tendência das cidades terciárias, tem vivenciado muitas mudanças em seus equipamentos comerciais, acompanhando as transformações do

modo de produção, no caso, a acumulação flexível, promovendo inovações urbanas, marcadas, entre outras, pelos subcentros, pelos centros comerciais e pelas centralidades, a exemplo dos hipermercados e dos shoppings centers.

De acordo com Spósito (1991), importa considerar que os shoppings são expressões de centralidade, caracterizados, principalmente, por várias atividades do setor terciário oferecidas num só local, correspondendo a uma variada gama de produtos e serviços, de modo a concentrar um grande número de consumidores.

Das atividades apontadas pelo MTE – RAIS, a de maior destaque na RMM fica para as Indústrias do vestuário e acessórios. Ao identificar que o maior destaque está nos segmentos de bens de consumo leve, associamos à questão a capacitação profissional para atuar no segmento e, além disso, também o custo de mão de obra, considerando que a proximidade com os mercados finais ou matérias primas ainda é importante, tanto para os gêneros da indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecido quanto aos de alimentos ou bebidas. A fim de identificar os setores da economia que mais empregam em cada cidade da região foi elaborada a tabela 2.

<b>EMPREGOS FORMAIS, DECLARADOS NA RAIS<sup>1</sup>, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA E OS MUNICÍPIOS DA RMM - 2011</b>						
MUNICÍPIOS	SETORES DE ATIVIDADE ECÔNOMICA					TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	
Ângulo	34	3	67	239	34	<b>377</b>
Astorga	2.280	131	1.086	1.662	263	<b>5.422</b>
Atalaia	239	8	105	292	119	<b>763</b>
Bom Sucesso	71	47	122	421	217	<b>878</b>
Cambira	668	19	178	461	105	<b>1.431</b>
Doutor Camargo	142	-	167	326	22	<b>657</b>
Floraí	592	-	141	257	327	<b>1.317</b>
Floresta	228	8	163	461	83	<b>943</b>
Flórida	154	1	64	214	15	<b>448</b>
Iguaraçu	160	23	96	486	119	<b>884</b>
Itambé	122	98	138	307	92	<b>757</b>
Ivatuba	49	1	38	441	31	<b>560</b>
Jandaia do Sul	2.960	210	1.498	1.844	73	<b>6.585</b>
Lobato	501	31	57	344	42	<b>975</b>
Mandaguaçu	1.023	174	1.056	1.167	226	<b>3.646</b>
Mandaguari	3.608	189	1.609	2.145	317	<b>7.868</b>
Marialva	2.389	182	1.727	2.389	323	<b>7.010</b>
Maringá	27.218	8.178	40.845	64.690	669	<b>141.600</b>
Munhoz de Melo	267	2	65	243	51	<b>628</b>
Nova Esperança	1.423	317	1.413	1.692	427	<b>5.272</b>
Ourizona	74	1	54	198	65	<b>392</b>
Paiçandu	2.187	226	876	1.326	44	<b>4.659</b>
Presidente Castelo Branco	86	9	83	322	219	<b>719</b>
Santa Fé	1.239	32	509	712	108	<b>2.600</b>
São Jorge do Ivaí	114	1	231	367	277	<b>990</b>
Sarandi	4.146	615	3.120	3.836	134	<b>11.851</b>
PARANÁ	711.341	146.059	622.407	1.338.843	101.627	<b>2.920.277</b>

<sup>1</sup>Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Fonte: MTE - RAIS

Organização: Bruno Mantovani Contriciani

Tabela 2: Quantidade de empregos formais segundo setores de atividade econômica nos municípios que compõem a RM de Maringá em 2011.

A partir da análise da tabela 1, verifica-se que de maneira geral os setores que mais geram empregos na RMM são os setores de serviços/comércio, seguidos pelo setor industrial. Como podemos ver a cidade de Ângulo e Ivatuba onde se destacam empregos formais nos setores de comércio e serviços representando quase sua totalidade de trabalhadores nesses setores. Esta realidade se estende as demais cidades da RM como Bom

Sucesso, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Itambé que apresentam pouca expressividade nos demais setores. Há ainda as cidades que apresentam destaque na geração de empregos em mais de um setor, se analisarmos os setores industrial e de comércio/serviços temos expressividades em Astorga, Cambira, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Paiçandu, Santa Fé e Sarandi.

Percebe-se também que algumas cidades além do setor de serviços, têm expressividade na geração de empregos no campo como Florai, Presidente Castelo Branco e São Jorge do Ivaí.

Dos 27.218 trabalhadores maringaenses empregados na indústria, quase sua totalidade estão empregados na indústria de transformação - importante setor da economia de Maringá.

Cabe destacar a importância da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Maringá. Segundo dados do IBGE, quatro agrupamentos de atividades são os principais demandantes de trabalhadores na RMM: o comércio, a indústria de transformação, e, no setor de serviços, as atividades de apoio à produção (transportes, comunicação, financeiros, engenharia, informática, dentre outros) e as de natureza pública (administração, educação, saúde e serviços sociais).

Convém salientar que o comércio e a indústria de transformação têm sua maior participação na RM de Maringá. A indústria de transformação é assim chamada porque transforma, ou seja, altera e modifica as matérias primas obtidas do Setor Primário (agricultura, pecuária e extrativismo tradicional) e do Setor Secundário (indústria extrativa: mineral e pescado) em bens utilizados pela sociedade humana. Um dos exemplos desse tipo de indústria é a transformação do couro em sapatos, roupas, bolsas, etc. Podemos verificar os valores de participação da indústria de transformação da RMM através da figura 9.

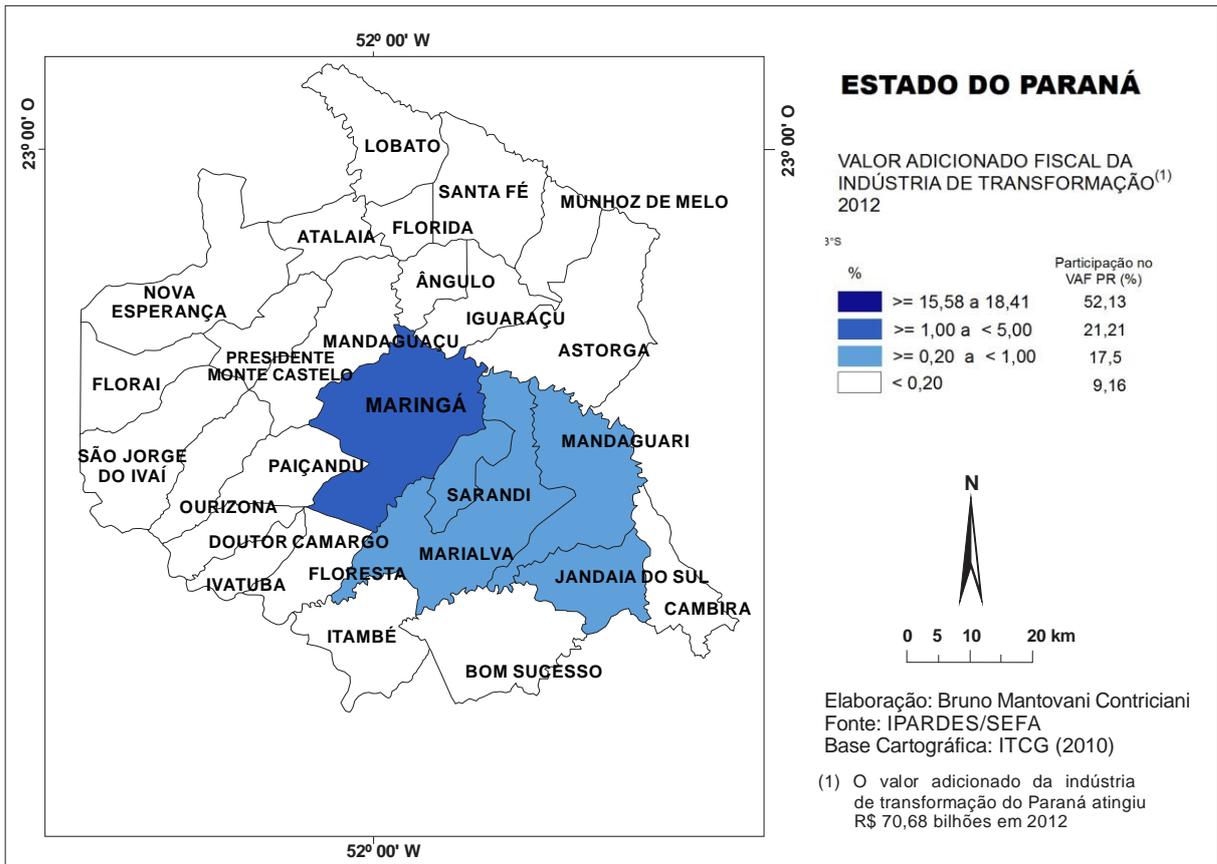


Figura 9: Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação na RMM no ano de 2012.

Verifica-se que como em todos os setores da economia, Maringá possui os maiores índices de participação, seguido de Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva e Sarandi. Conforme dados da UniRegistro Cidades, Maringá possui mais de 2.705 unidades locais de indústrias de transformação, Sarandi 403 unidades, Mandaguari 300 unidades, Marialva 180 unidades, Jandaia do Sul 161 unidades. Existem outras cidades como Astorga com 194 unidades ou Nova Esperança com 145 unidades, mas que não alcançam valores de participação no VAF tão elevados quanto nas cidades em destaque na figura 9.

Um outro indicador importante a ser analisado é o IDHM, de acordo com o Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Quanto mais alto, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos

fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. A seguir são apresentados as figuras 10 e 11 que mostram a evolução do IDHM de 2000 a 2010 nos municípios da Região Metropolitana de Maringá.

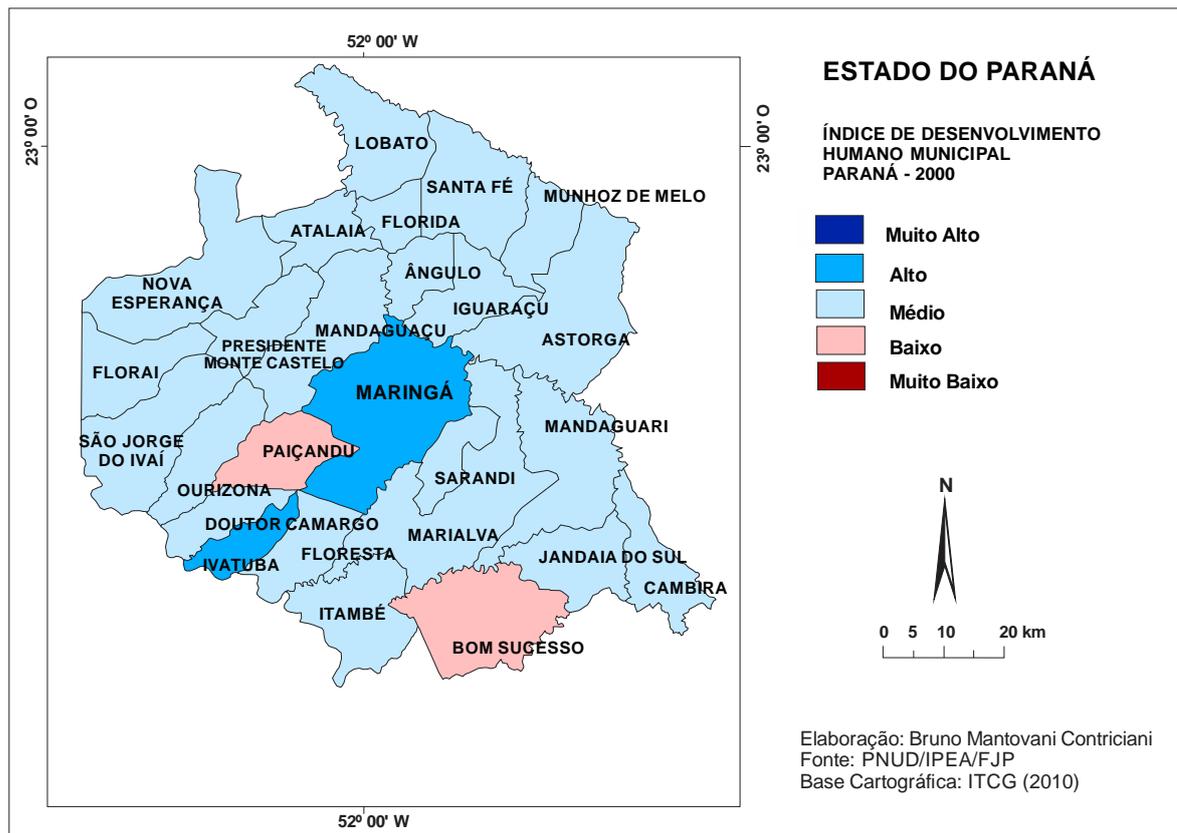


Figura 10: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RMM no ano de 2000.

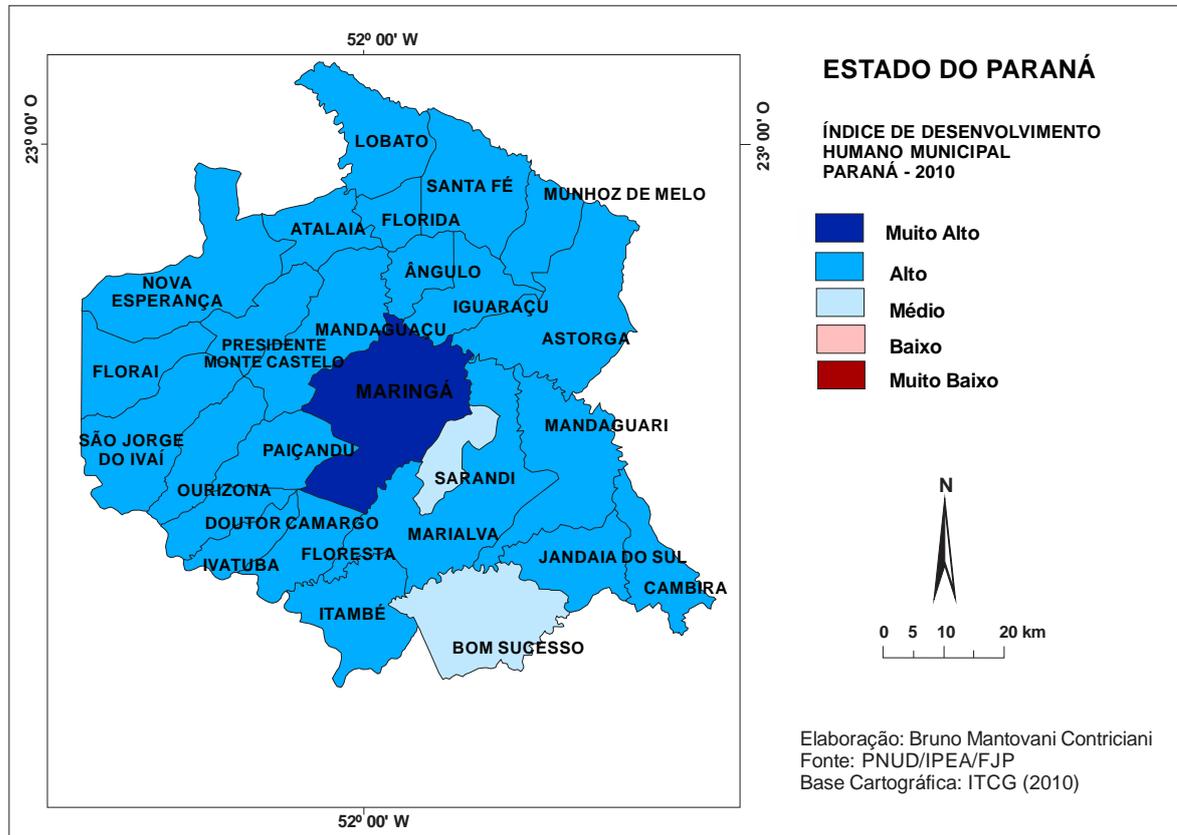


Figura 11: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da RMM no ano de 2010.

Os indicadores relativos à dimensão social apesar de apontar heterogeneidades entre os municípios apontam também para um alto IDHM da Região Metropolitana de Maringá. A RMM mostra somente a cidade polo apresenta situação “muito boa”, e as demais municipalidades se classificam com uma condição social “boa”.

Entre 1991 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil cresceu 47,5%, enquanto o paranaense subiu 47,7%. O Paraná não tem mais nenhuma cidade com IDH-M muito baixo, que é faixa que vai de 0 a 0,499. A região de Maringá de 2000 a 2010, teve seus municípios totalmente fora dos níveis baixos, sendo os piores, a cidade de Sarandi e Bom Sucesso.

Apenas 44 cidades brasileiras tem um nível muito alto de desenvolvimento humano. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, para estar nessa categoria é preciso que as cidades tenham índices superiores a 0,800. No Paraná, apenas Curitiba (0,823) e Maringá (0,808) atingiram o índice.

Para uma breve comparação entre desenvolvimento humano e desenvolvimento econômico, são apresentados na tabela 3 os valores adicionados do PIB de cada município por

setores da economia. Convém salientar que o PIB em determinados contextos socioeconômicos não se faz condizente com a realidade abordada, pois a renda pode estar concentrada na mão de um restrito contingente populacional.

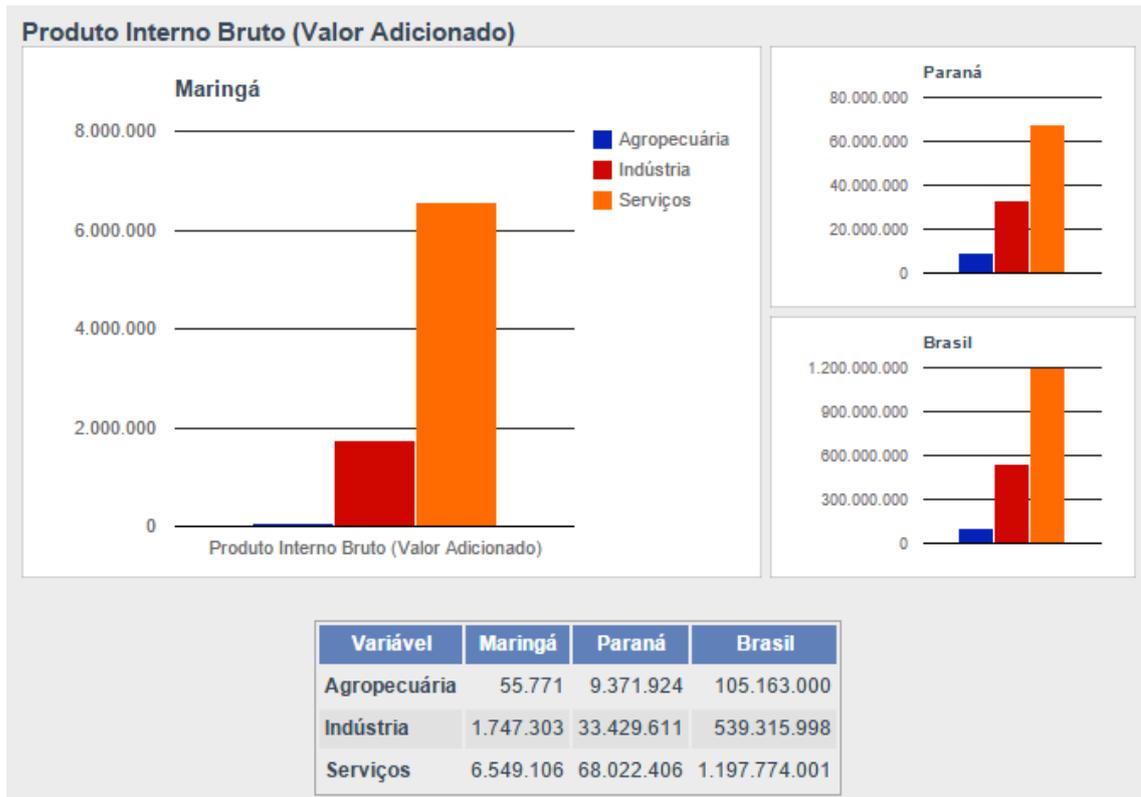
Na tabela 3 e na figura 12, poderemos identificar quais setores da economia possuem maiores participações no PIB (Valor adicionado) da RMM.

<b>Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) – RMM – 2011</b>			
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Ângulo	19.354	2.537	25.255
Astorga	63.985	59.079	213.824
Atalaia	19.413	6.562	34.613
Bom Sucesso	28.625	5.263	34.297
Cambira	21.056	31.537	55.098
Doutor Camargo	18.825	10.067	49.328
Floraí	33.027	12.088	51.075
Floresta	23.061	8.921	43.814
Flórida	8.144	3.698	17.503
Iguaraçu	26.914	8.583	32.194
Itambé	36.264	7.735	59.015
Ivatuba	15.501	2.603	23.843
Jandaia do Sul	18.766	65.673	183.441
Lobato	24.694	50.445	44.438
Mandaguaçu	50.926	35.765	164.379
Mandaguari	37.328	144.369	276.551
Marialva	74.779	153.189	348.339
Maringá	55.771	1.747.106	6.549.106
Munhoz de Melo	22.147	3.086	21.234
Nova Esperança	52.821	59.545	235.806
Ourizona	26.938	3.052	30.352
Paiçandu	23.156	60.213	205.179
Presidente Castelo Branco	21.620	6.581	32.591
Santa Fé	34.024	31.000	87.220
São Jorge do Ivaí	59.723	6.787	84.421
Sarandi	15.465	160.398	501.230
Paraná	9.371.924	33.529.611	68.022.406
Brasil	105.163.000	539.315.998	1.197.774.001

Fonte: IBGE

Org: Bruno Mantovani Contriciani

Tabela 3: Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) por setores de atividade econômica nos municípios da RM de Maringá em 2011.



Fonte: IBGE

Figura 12: Gráfico do Produto Interno Bruto de Maringá por setores de atividade econômica.

Como pode ser visto na tabela 3 e na figura 12, bem como nas figuras em anexo, o setor de serviços é o mais importante da RM de Maringá, em especial para a cidade de Maringá que apresenta números muito superiores aos demais municípios que compõem a RM. Conseqüentemente o maior número de trabalhadores está diretamente ligado a esse setor de atividade econômica.

Apesar da grande expressividade do setor de serviços, nota-se algumas particularidades como é o caso de Lobato que apresenta maior PIB (valor adicionado) na indústria e Munhoz de Melo que apresenta valores maiores na Agropecuária, destoando das demais cidades da RMM. Quanto aos empregos formais, Cambira e Floraí, apresentam maior número de trabalhadores na indústria mesmo tendo os maiores valores do PIB no setor de serviços.

O setor de comércio e serviços é o mais significativo e respalda a polarização que Maringá exerce na oferta de aparatos voltados para o segmento que suprem as necessidades mais variadas de consumo possíveis.

A pequena expressividade de empregos no campo vem reforçar o uso de tecnologias utilizadas em maquinários e insumos, reforçando a condição - onde existem máquinas não está o homem (VERCEZI – 2012).

Sarandi e Paçandu são as cidades que apresentam os maiores fluxos diários de pessoas, seja para trabalho ou estudo, uma vez que já apresentam o processo de conurbação com a cidade polo. Entre os demais municípios limítrofes, considera-se Mandaguaçu, Marialva, e Floresta com fluxos diários significativos com a cidade polo, embora menos expressivos do que os municípios citados inicialmente.

Sobre estes municípios contíguos a Maringá ainda cabe ressaltar o sério problema da segregação socioeconômica e espacial que Maringá impõem, como cita Rodrigues (2005),

“Sarandi e Paçandu, concentram em toda sua área, predominantemente, a presença dos segmentos operários, o que os caracteriza como operários e “cidades-dormitório”, pois neles reside boa parte da mão-de-obra demandada pelo município maringaense. Neste tipo de espaço, verificam-se altos índices de presença dos segmentos operários e populares (73%) e, inversamente, baixa presença das elites (7,2%). Isto é, os dois municípios são as áreas geográficas que sofreram o maior impacto do processo de segregação a que foi submetida toda a região metropolitana de Maringá, desde o princípio de sua constituição.”

Para a Região Metropolitana de Maringá está proposto o projeto Maringá 2030 que foi elaborado pelas câmaras técnicas do CODEM com a participação de entidades representativas da sociedade organizada de Maringá. Este estudo teve início em 2009, quando o órgão verificou que muitas metas do plano anterior, Maringá 2020, já haviam sido alcançadas; logo, as novas metas a serem atingidas incluem não só a cidade polo, mas a região.

Como consta no CODEM,

O projeto prevê e trabalha os aspectos Desenvolvimento Econômico, Cidade, Cidadania e Meio Ambiente dos próximos anos na cidade. Entre os objetivos arrolados pelo projeto Maringá 2030 estão a criação de um grande polo de biotecnologia e de tecnologias da informação; a implantação do trem regional de passageiros e a criação de um polo em medicina de alta complexidade.

Estes projetos objetivam tornar Maringá uma cidade desenvolvida, rica, com elevados níveis de emprego e renda melhor distribuída entre os habitantes. O setor tecnológico deve proporcionar ainda a instalação de indústrias não poluentes que garantam a sustentabilidade do meio ambiente, além de melhorias nos transportes e maior integração com as cidades que fazem parte da RMM. Mas o mesmo pode gerar alguns problemas, como por

exemplo, um dos seus objetivos que é a estabilização da população maringaense em aproximadamente 500 mil habitantes poderá gerar uma segregação social com as populações mais pobres e a instalação de polos de alta tecnologia demandará mão-de-obra especializada na qual Maringá precisará se adequar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa que busca caracterizar a realidade de Maringá e sua área de influência e seu papel enquanto cidade polo da Região Metropolitana de Maringá encontrou no desenvolvimento da própria região os motivos que a colocam no patamar que se encontra atualmente.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do meio-técnico-informacional, está totalmente presente na evolução econômica e urbana de toda região e a relação desta com as demais regiões do país, uma vez que as redes, materiais ou imateriais, encurtaram distâncias, aumentaram a velocidade e facilitam cada vez mais os fluxos e trocas, sejam de pessoas, mercadorias, informações, etc.

Após 24 de Abril de 2012 a RMM passou a contar ao todo com 26 municípios. Destes municípios, Maringá, como cidade média, apresenta-se como um importante polo de distribuição e atração tanto para pessoas como para a economia.

Em relação à economia e geração de empregos percebemos que na Região Metropolitana de Maringá se concentram nos setores de comércio e serviços, com exceção de algumas cidades predominantemente industriais ou agrícolas. Vale ressaltar também a grande disparidade de valores da cidade polo com as demais.

Dentro desses setores de serviços e comércio merece destaque a grande presença de shoppings centers, principalmente os relacionados a indústria da moda para as vendas em atacado. Para estimular ainda mais a economia desse setor temos a presença de APL de confecções de Cianorte/Maringá, que emprega milhares de pessoas e movimenta a economia.

Apesar de todo o desenvolvimento econômico, tecnológico e demográfico da cidade polo é necessário refletir sobre os efeitos que estes causam, pois é evidente a

segregação que a população menos abastada sofre sendo obrigada a se instalar nos municípios vizinhos, uma vez que, a valorização imobiliária de Maringá está em uma crescente, o que agrava ainda mais essa situação.

Em relação às políticas públicas é necessário expandir os olhares dos gestores, visando não apenas a cidade polo, mas, toda sua região metropolitana, pois é impossível pensar, por exemplo, em políticas públicas de saúde, de educação, sociais, urbanas, de meio ambiente, ou qualquer outra, sem avaliar as especificidades de cada município da região metropolitana como um todo.

É evidente a influência de Maringá em relação às demais cidades de sua região (figura 5) e as desigualdades econômicas ou heterogeneidades entre os municípios da RMM tendem a diminuir gradativamente, seja pelo avanço econômico ou por políticas da Região Metropolitana que favoreçam a melhoria de vida das cidades que a compõem.

## 6. REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional.** In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 7-8.
- AMORIM FILHO, O. B. **Origem, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias.** In SPOSITO, M. E.B (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** Uma introdução à economia Regional. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. S.A. – 1987.
- ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades Médias Brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA/PRONEX. 2001.
- BELLET, C. S.; LLOP, J. M. T. **Miradas a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias.** Scripta Nova, Universidade de Barcelona, v.8, n.165, maio, 2004.
- BOUDEVILLE, Jacques-R. **Les spaces économiques.** Press Universitaires de France, Paris, 1970.
- CASTELETTO, Hugo S. **Regiões de influência das cidade e sua evolução: o caso de Maringá – PR.** Em II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. 2013; Campo Mourão – PR – Brasil.
- CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média.** In: SPOSITO, M E B. **Cidades médias: espaços em transição.** Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Identificação dos centros de gestão do território no Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v.57, n.1, p.83-102, jan./mar.1995.
- COSTA, E. M da. **Cidades médias: Contribuições para a sua definição.** Finisterra, Lisboa v. 37, n.74, p.101-128, 2002.
- FERREIRA, S. C. **A Centralidade de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava na Rede Urbana do Paraná.** RA'E GA 23, p. 06-31. Departamento de Geografia – UFPR. 2010. Disponível em <[www.geografia.ufpr.br/raega/](http://www.geografia.ufpr.br/raega/) Curitiba>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.
- FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais.** 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- FRESCA, Tânia Maria. **Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia.** Revista Geografia, Londrina, v.10, n.1, p. 27-34, jan./jun. 2001.
- HAGGETT, P. **L'analyse spatiele en géographie humaine.** Paris: Armand Colin, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Região de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Comentários sobre os resultados do REGIC/2007**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, 2009.

LEITZKE, A.; FRESCA, T. M. **Londrina não é cidade média**. In: SEMANA DE GEOGRAFIA, 25, SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 4, 2009, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2009. p.1-15

MARIA, MARCOS P. **Plano quer cidade autossustentável e população limitada em 500 mil habitantes**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/maringa/conteudo.phtml?id=920426&tit=Plano-quer-cidade-autossustentavel-e-populacao-limitada-em-500-mil-habitantes>>. Acesso em: 26 de outubro de 2014.

PREFEITURA DE MARINGÁ. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS – Maringá**. Produto 5. Consultoria e Planejamento. Maringá, 2010. Disponível em <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro de 2014.

MOTA, Adeir A.. **Os fluxos populacionais interurbanos e os papéis urbanos da cidade média de Maringá - PR**. Em XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais; 2008; Caxambu – MG – Brasil.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Lisboa: Heder, 1967.

PELUSO, L. C. de S.; DOURADO, S.P. da C. **As políticas de cultura em cidades médias: observando a região metropolitana de Maringá –PR – BR**. In III Seminário Internacional de Políticas Culturais. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França, São Paulo: Ática, 1993.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Brasília: MTE – 2011.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação**. Revista paranaense de desenvolvimento, Curitiba, n.108, p.61-86, jan./jun. 2005.

SALGUEIRO, T. B. **Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado**. In: Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira. Org: Pedro de Almeida Vasconcellos e Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Salvador: Editora da UFB, 1999.

SANTANA, M. R.C. **Redes Técnicas: os avatares geográficos da cidade mediada eletronicamente**. In: Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas. Salvador: Copyright, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SPOSITO, M. E. B. **Desafios para o estudo das cidades médias** In: Seminário Internacional de La Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, 11, 2010, Mendoza. Anais... Mendoza: UNCUIYO - Universidad de Cuyo, 2010. p. 01-18.

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas nas cidades médias do estado de São Paulo, Brasil**. Revista Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, 2004.p. 126-127.

SPOSITO, M. E. B. **O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade**. Revista de Geografia, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, UNESP, Vol. 10, 1991.

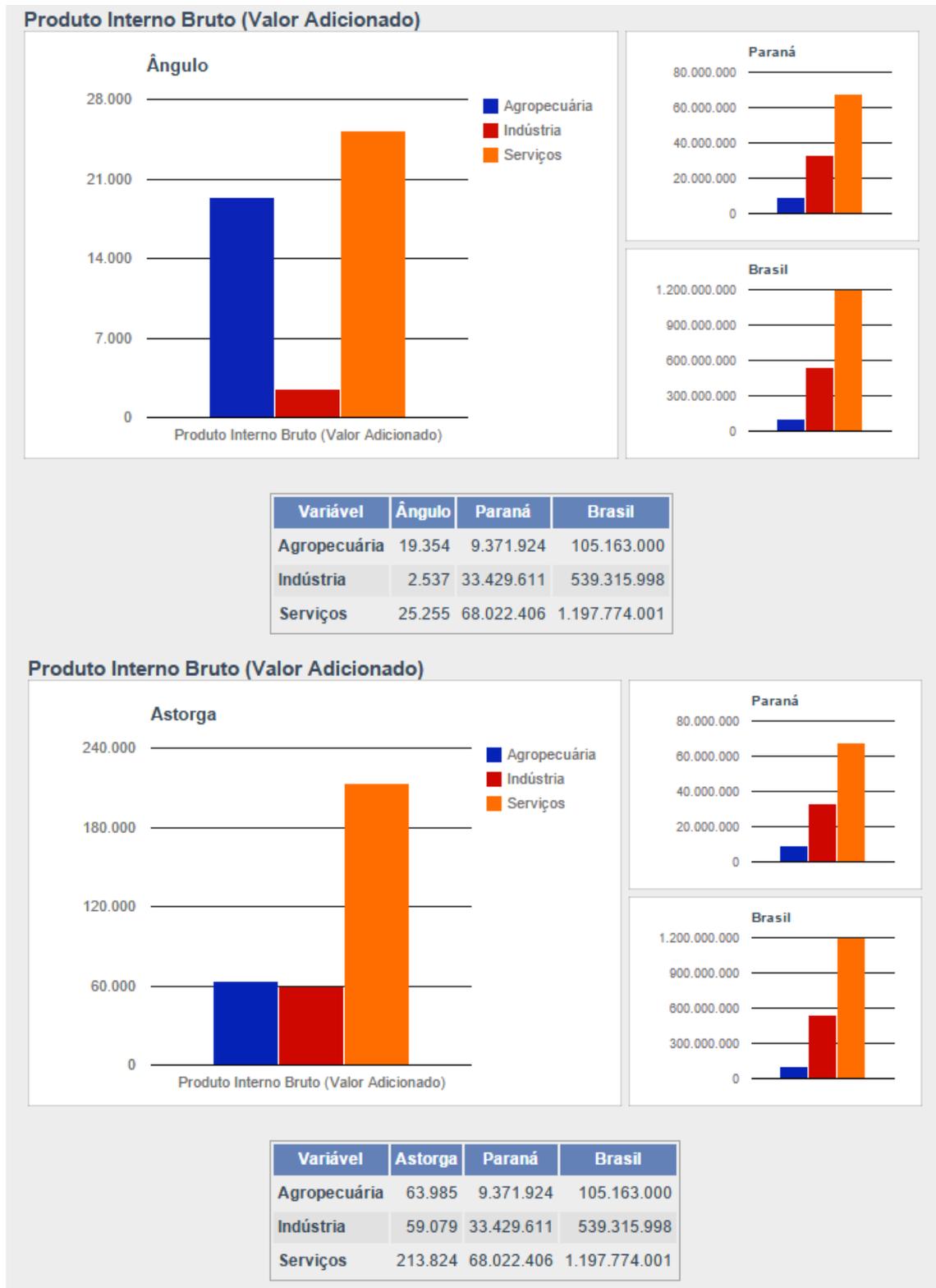
UNIREGISTRO CIDADES. Disponível em: <<http://www.uniregistro.com.br/cidades-do-brasil/parana/maringa/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2014.

VERCEZI; J. T. MENDES, C. M. TOWS, R. L. **O Mercado Imobiliário da Região Metropolitana de Maringá e seus Reflexos na Ocupação Sócio-Espacial dos Pseudocondomínios Horizontais**. Anais do 2º Simpósio O rural e o Urbano no Brasil/UERJ. Rio de Janeiro, 2009.

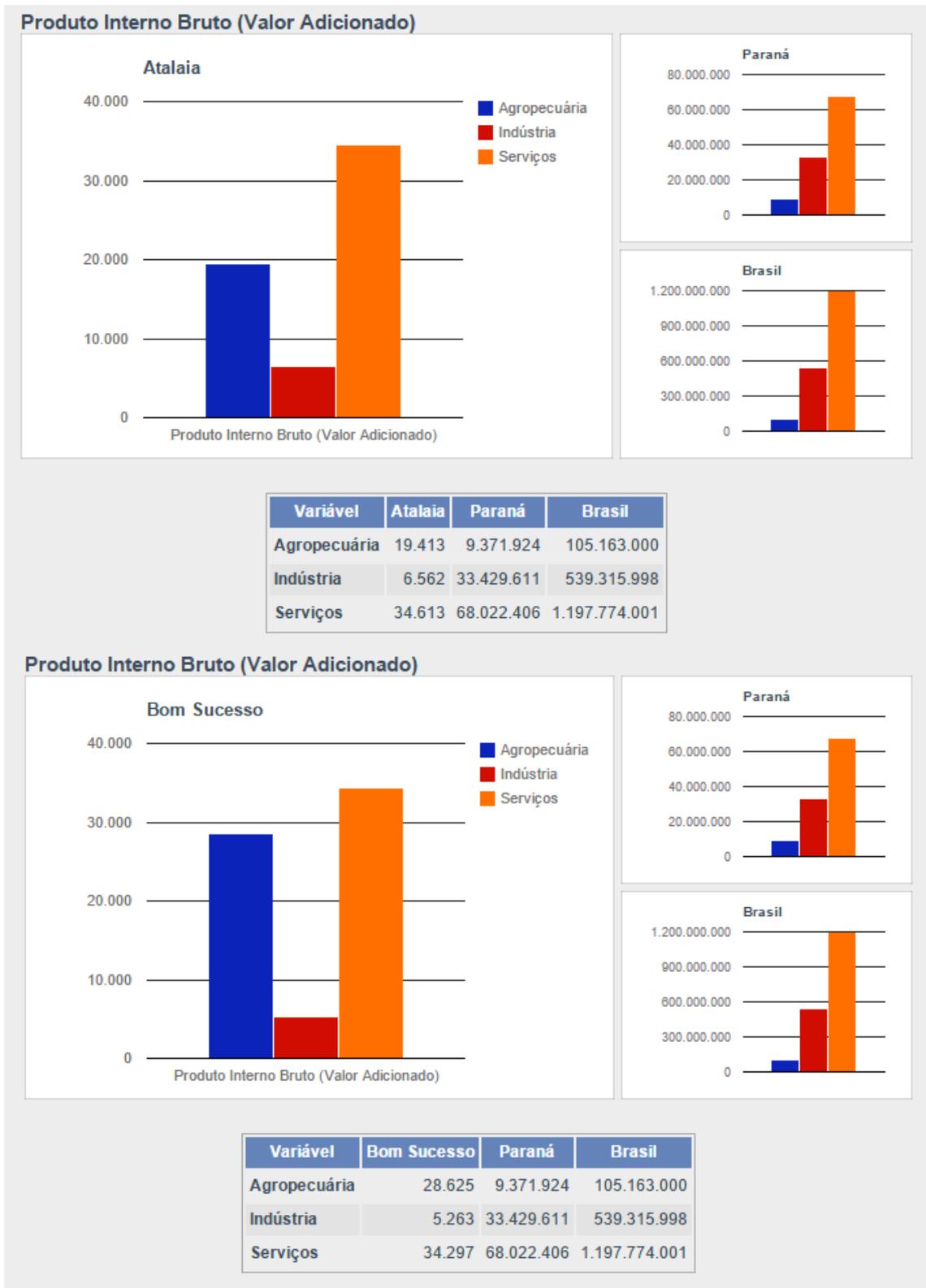
VERCEZI, Jaqueline Telma. **O meio-técnico-científico-informacional e o espaço relativizado da Região Metropolitana de Maringá**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. 406 f.

VERCEZI, J. T. ; MORO, D. Á. . **Ensaio sobre a Gênese e Evolução da Região Metropolitana de Maringá**. In: XI Semana de Geografia, 2001, Maringá. Globalização e Regionalização: Integração e desintegração regional. Maringá: Departamento de Geografia da UEM, 2001. v. I. p. 170-178.

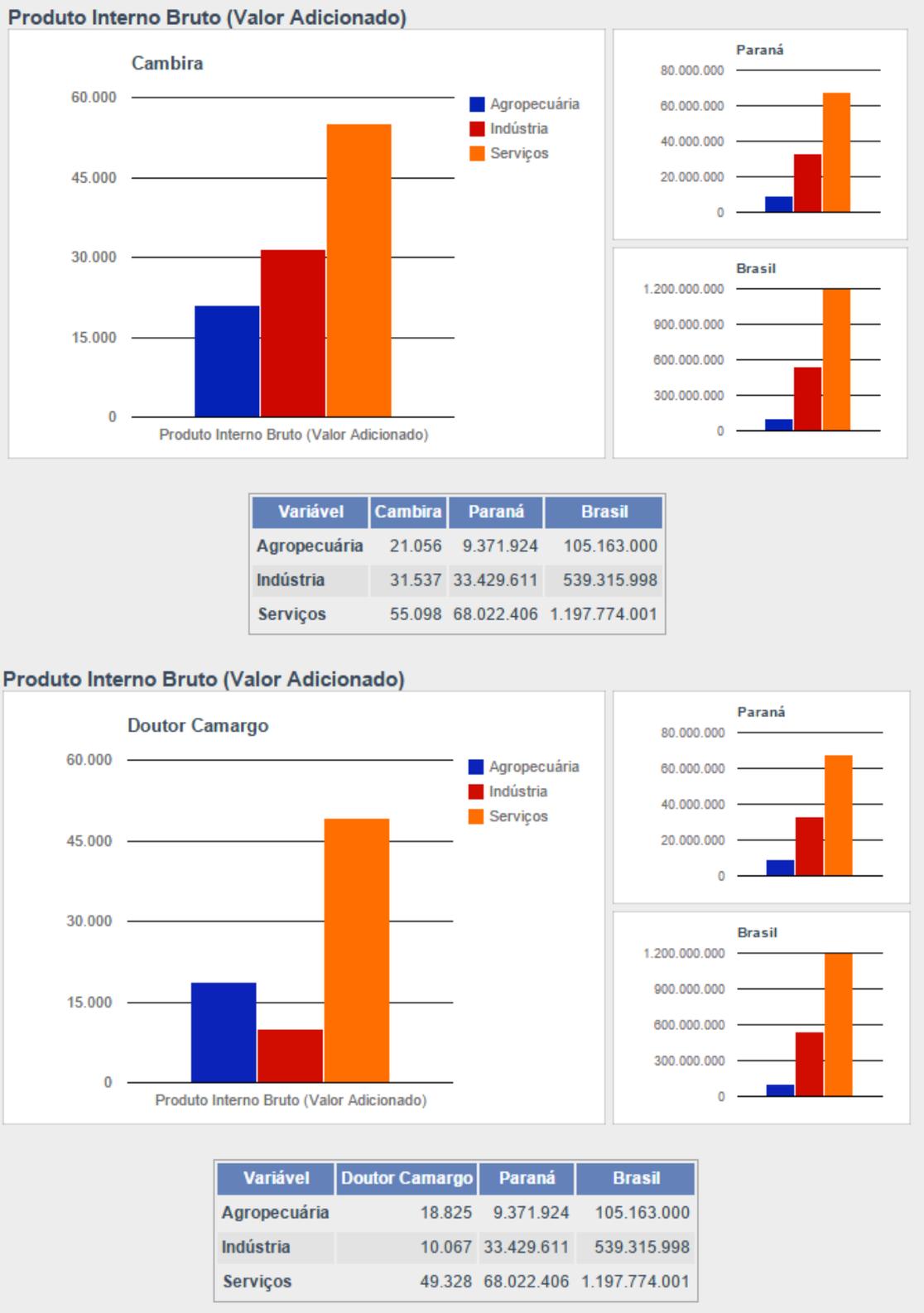
## 7. ANEXOS



Fonte: IBGE

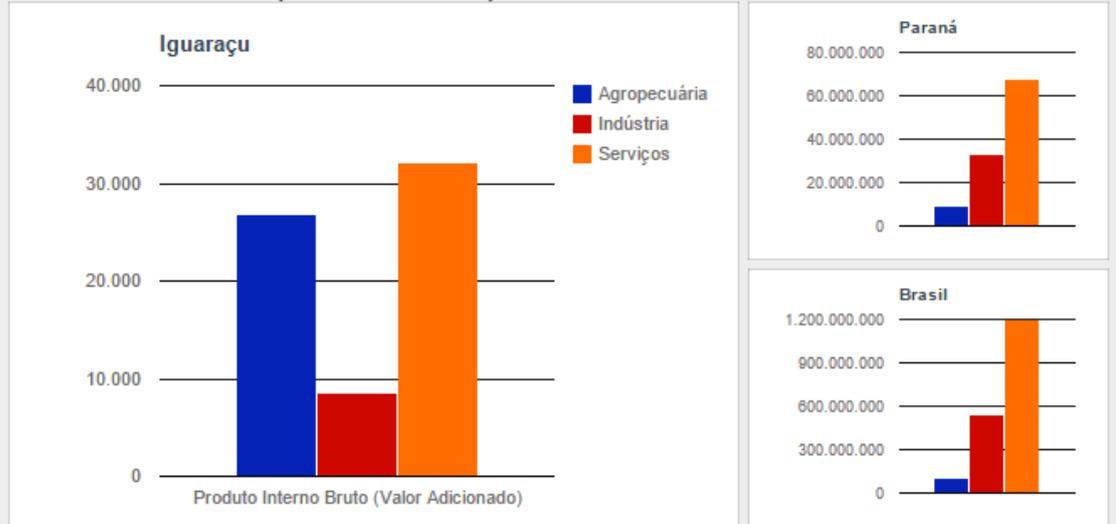


Fonte: IBGE



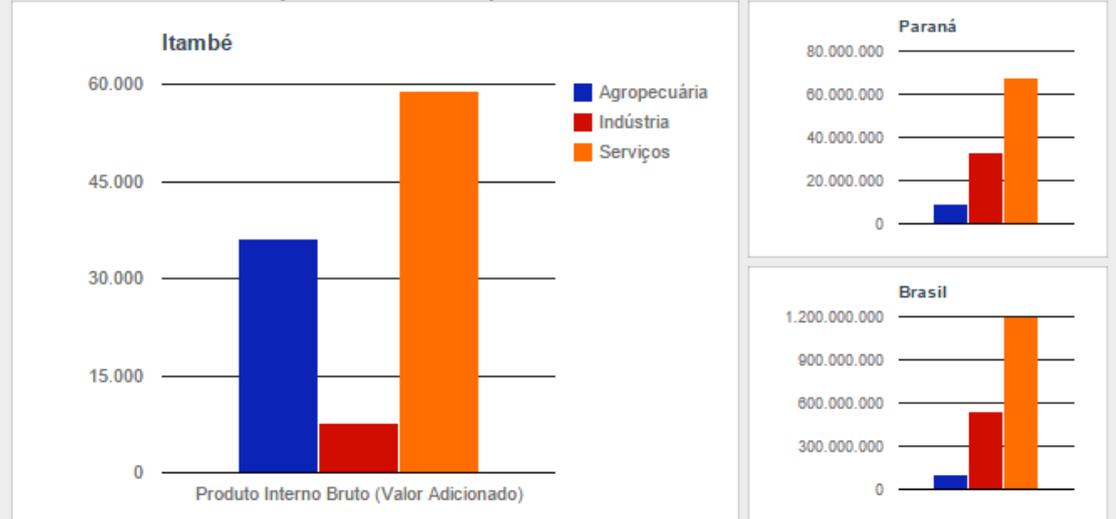
Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Iguaraçu	Paraná	Brasil
Agropecuária	26.914	9.371.924	105.163.000
Indústria	8.583	33.429.611	539.315.998
Serviços	32.194	68.022.406	1.197.774.001

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**

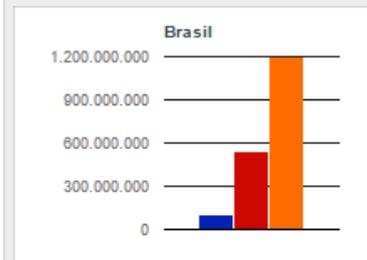
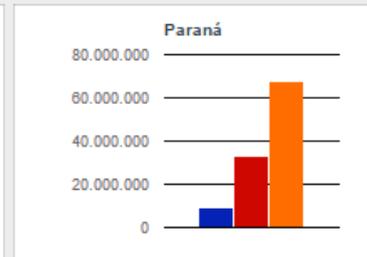
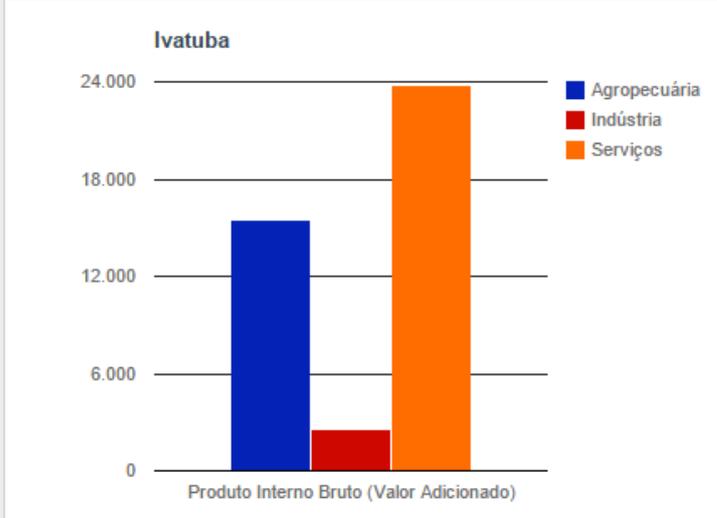


Variável	Itambé	Paraná	Brasil
Agropecuária	36.264	9.371.924	105.163.000
Indústria	7.735	33.429.611	539.315.998
Serviços	59.015	68.022.406	1.197.774.001



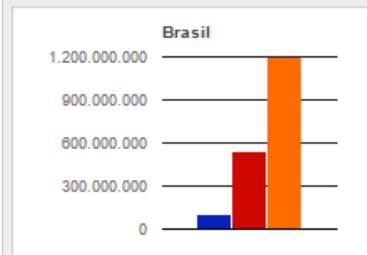
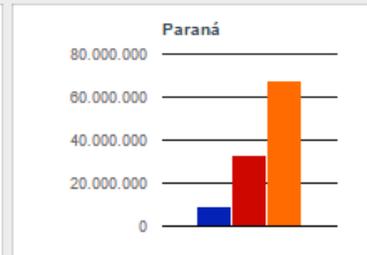
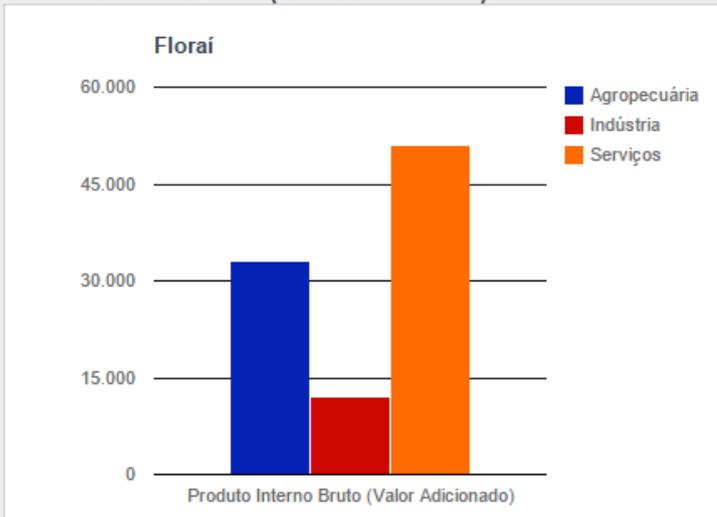
Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Ivatuba	Paraná	Brasil
Agropecuária	15.501	9.371.924	105.163.000
Indústria	2.603	33.429.611	539.315.998
Serviços	23.843	68.022.406	1.197.774.001

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**

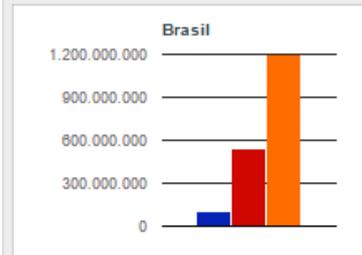
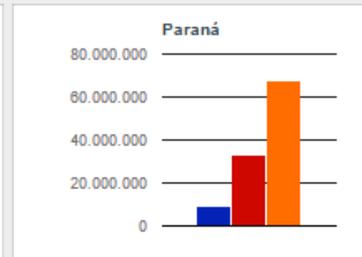
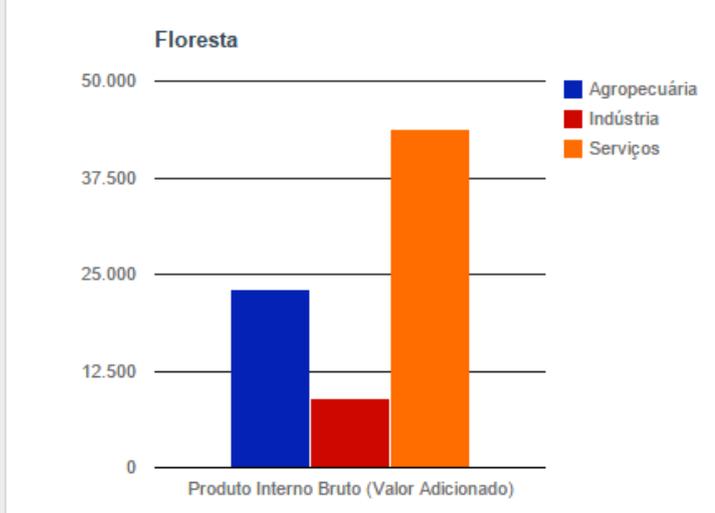


Variável	Floraí	Paraná	Brasil
Agropecuária	33.027	9.371.924	105.163.000
Indústria	12.088	33.429.611	539.315.998
Serviços	51.075	68.022.406	1.197.774.001



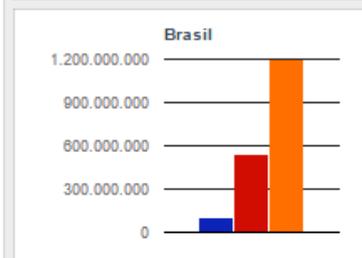
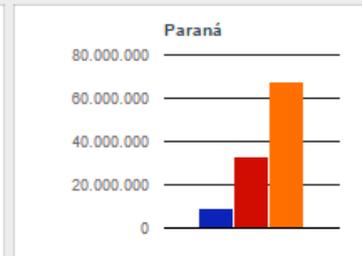
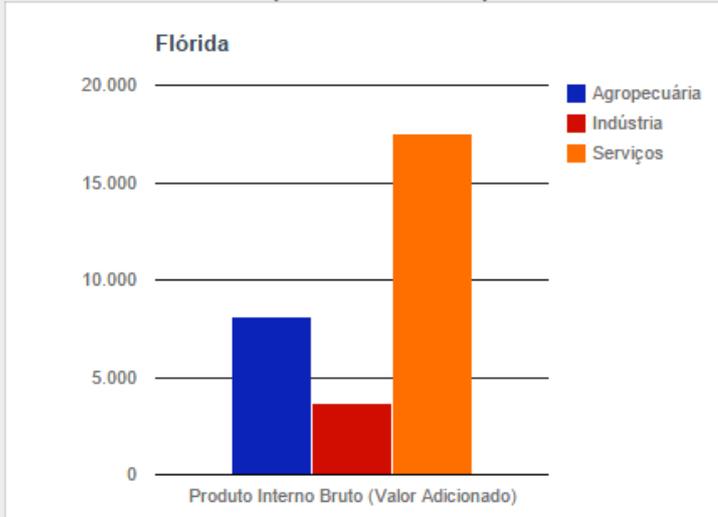
Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Floresta	Paraná	Brasil
Agropecuária	23.061	9.371.924	105.163.000
Indústria	8.921	33.429.611	539.315.998
Serviços	43.814	68.022.406	1.197.774.001

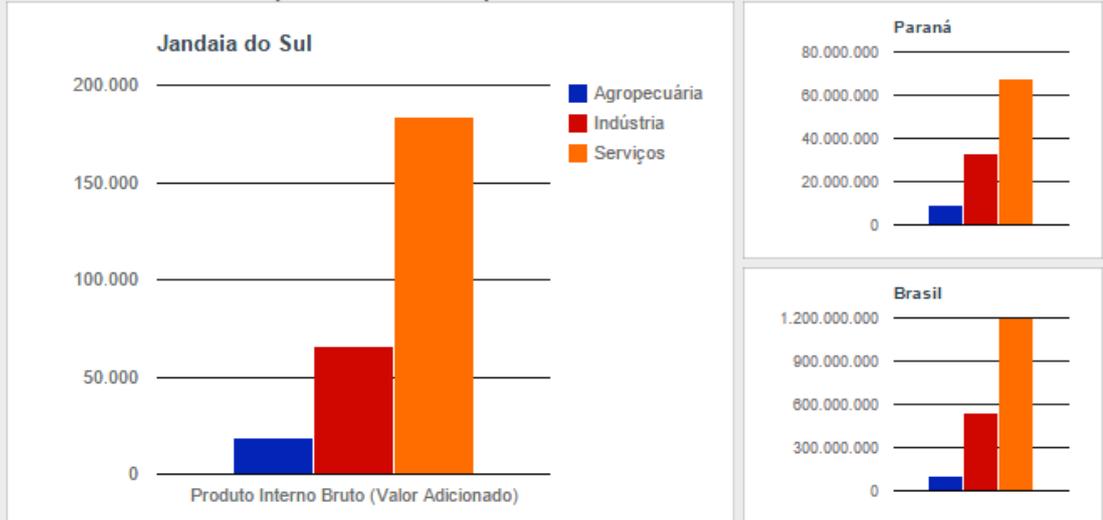
**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Flórida	Paraná	Brasil
Agropecuária	8.144	9.371.924	105.163.000
Indústria	3.698	33.429.611	539.315.998
Serviços	17.503	68.022.406	1.197.774.001

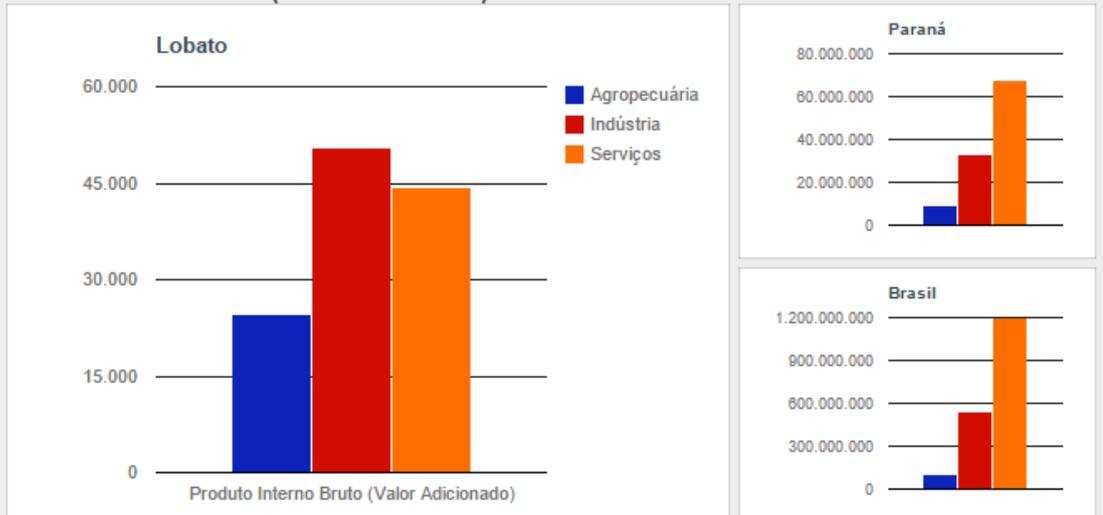
Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Jandaia do Sul	Paraná	Brasil
Agropecuária	18.766	9.371.924	105.163.000
Indústria	65.673	33.429.611	539.315.998
Serviços	183.441	68.022.406	1.197.774.001

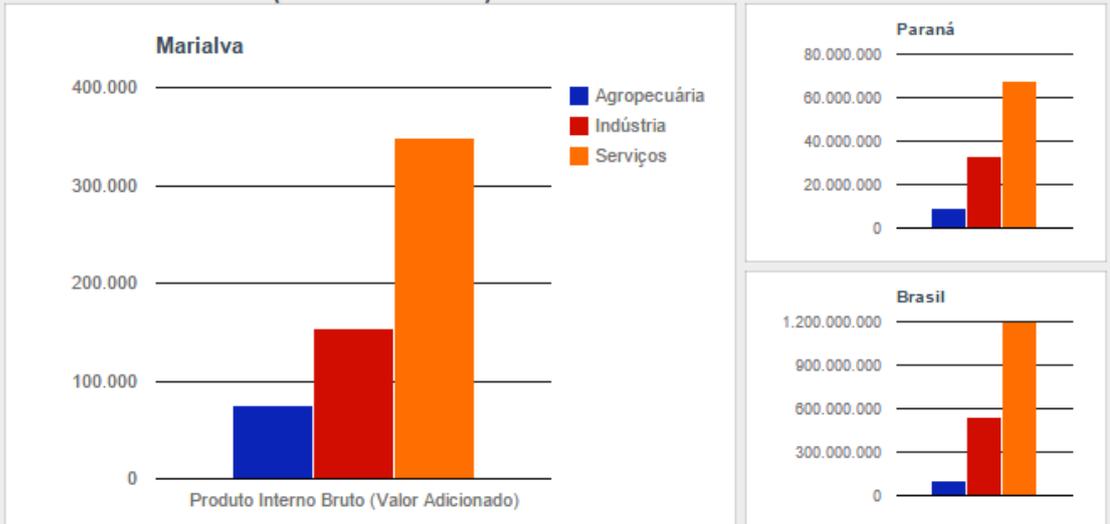
### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Lobato	Paraná	Brasil
Agropecuária	24.694	9.371.924	105.163.000
Indústria	50.445	33.429.611	539.315.998
Serviços	44.438	68.022.406	1.197.774.001

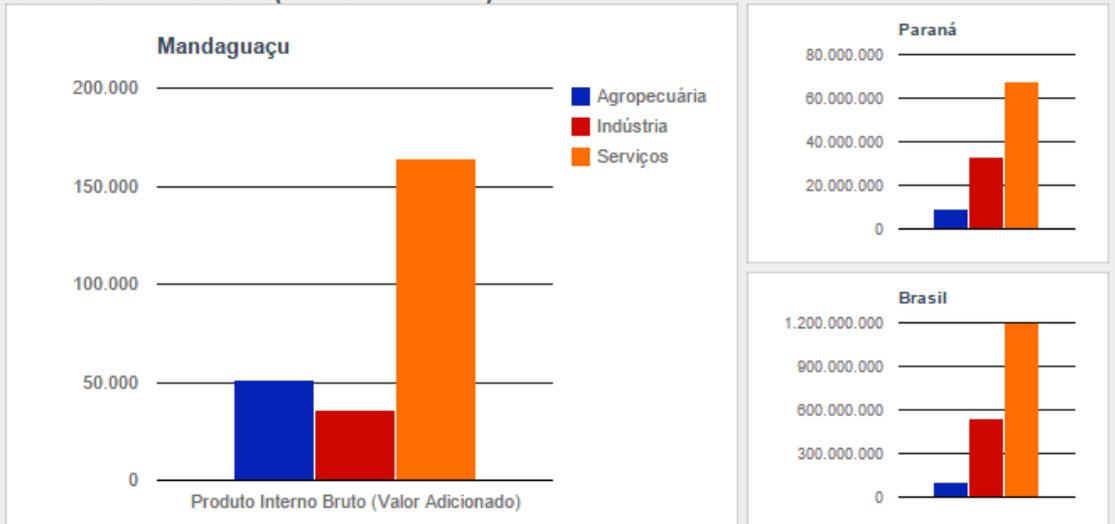
Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Marialva	Paraná	Brasil
Agropecuária	74.779	9.371.924	105.163.000
Indústria	153.189	33.429.611	539.315.998
Serviços	348.339	68.022.406	1.197.774.001

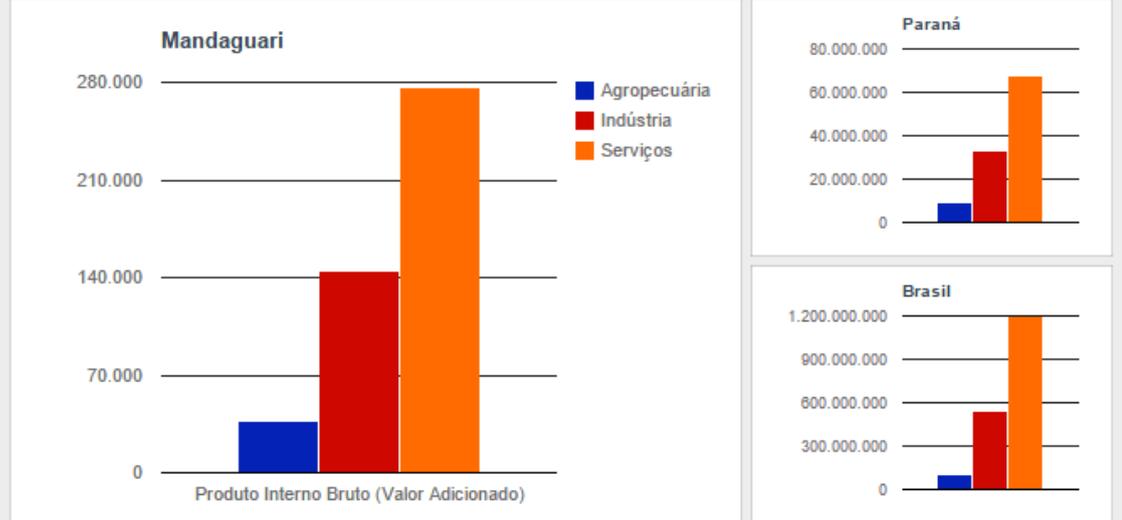
### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Mandaguaçu	Paraná	Brasil
Agropecuária	50.926	9.371.924	105.163.000
Indústria	35.765	33.429.611	539.315.998
Serviços	164.379	68.022.406	1.197.774.001

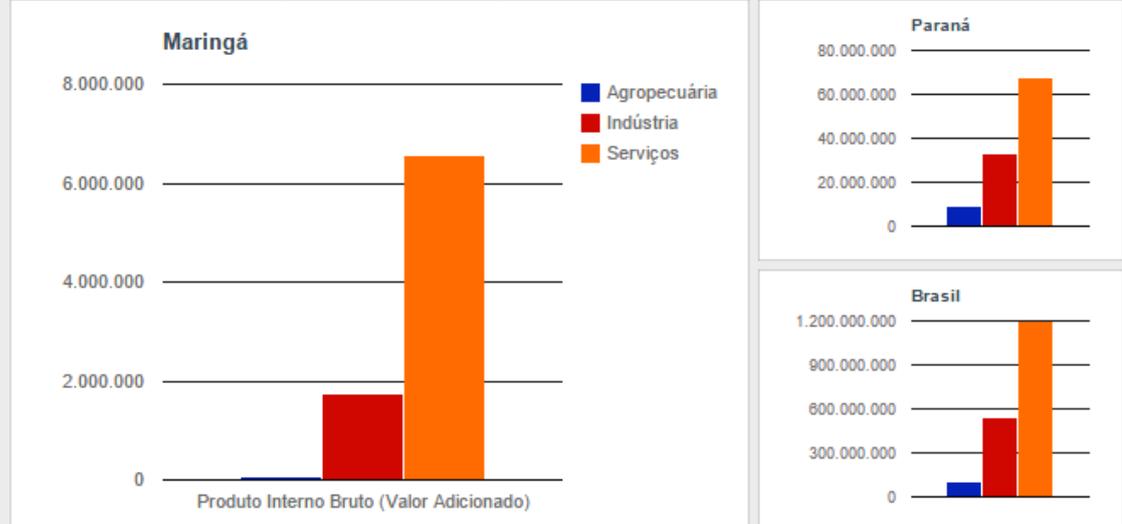
Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Mandaguari	Paraná	Brasil
Agropecuária	37.328	9.371.924	105.163.000
Indústria	144.369	33.429.611	539.315.998
Serviços	276.551	68.022.406	1.197.774.001

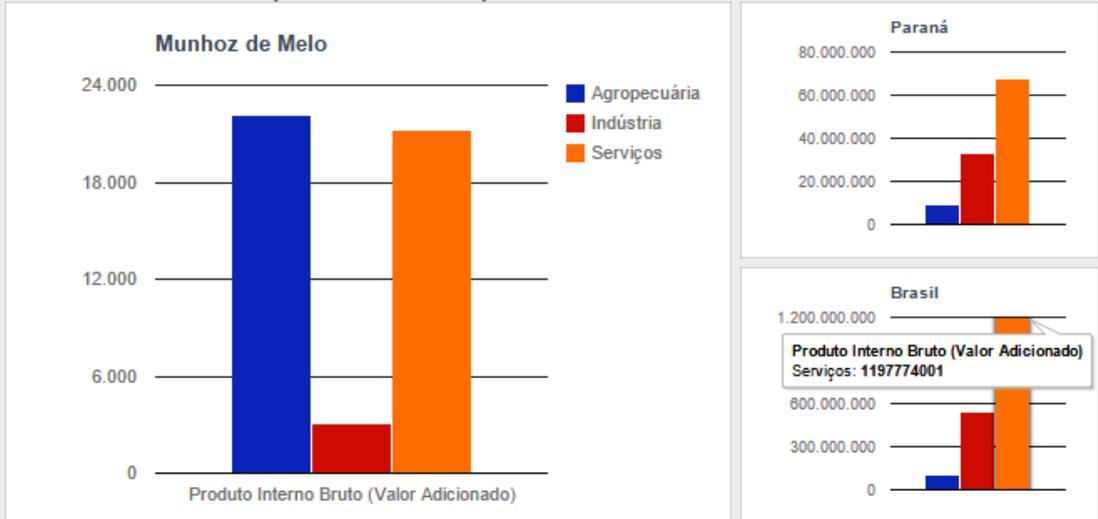
### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Maringá	Paraná	Brasil
Agropecuária	55.771	9.371.924	105.163.000
Indústria	1.747.303	33.429.611	539.315.998
Serviços	6.549.106	68.022.406	1.197.774.001

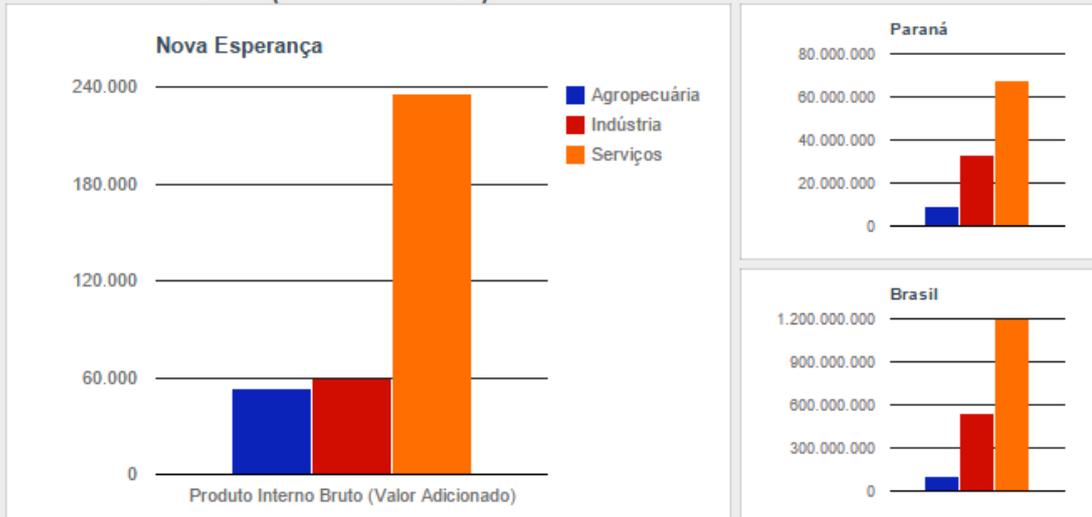
Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Munhoz de Melo	Paraná	Brasil
Agropecuária	22.147	9.371.924	105.163.000
Indústria	3.086	33.429.611	539.315.998
Serviços	21.234	68.022.406	1.197.774.001

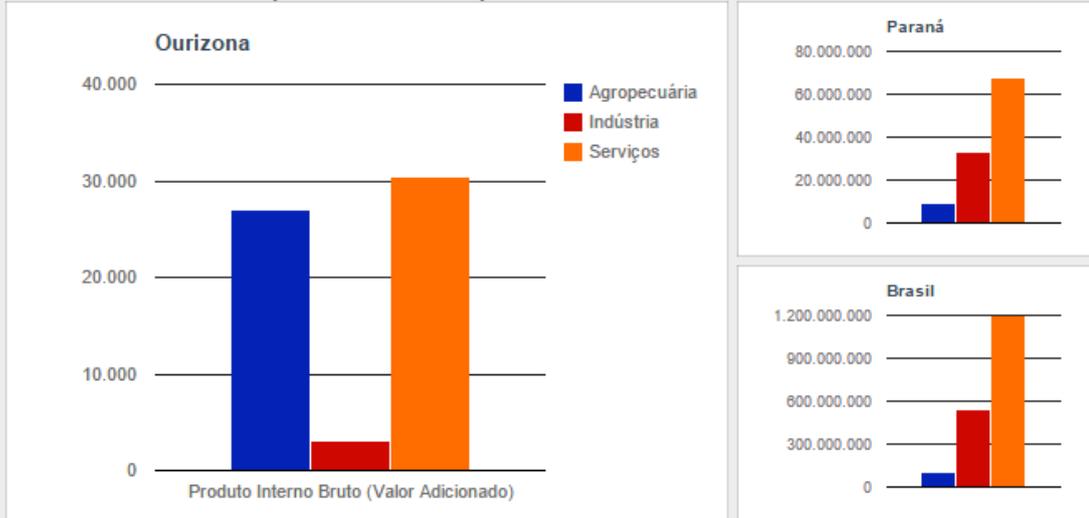
**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Nova Esperança	Paraná	Brasil
Agropecuária	52.821	9.371.924	105.163.000
Indústria	59.545	33.429.611	539.315.998
Serviços	235.806	68.022.406	1.197.774.001

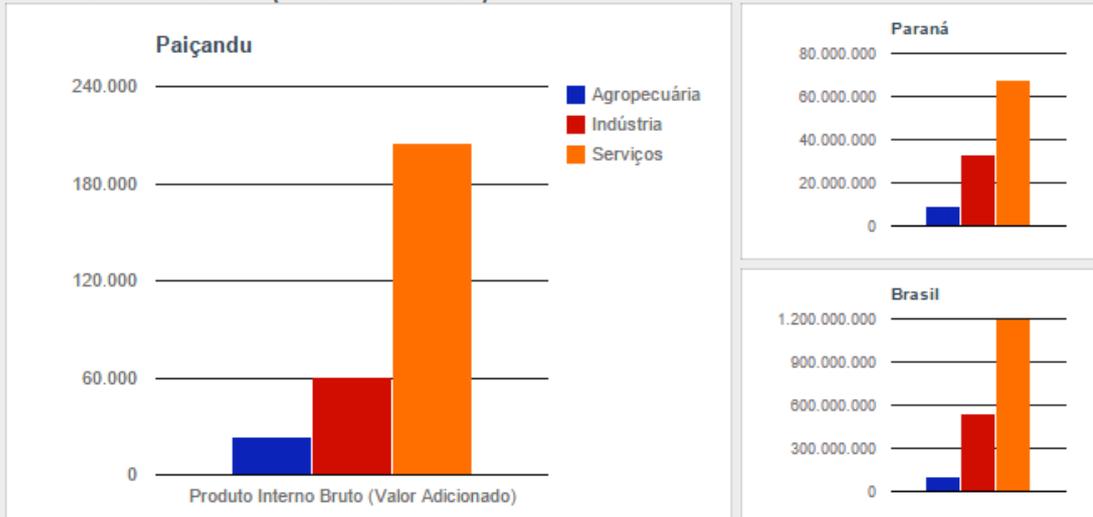
Fonte: IBGE

**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Ourizona	Paraná	Brasil
Agropecuária	26.938	9.371.924	105.163.000
Indústria	3.051	33.429.611	539.315.998
Serviços	30.352	68.022.406	1.197.774.001

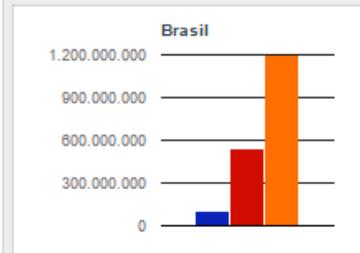
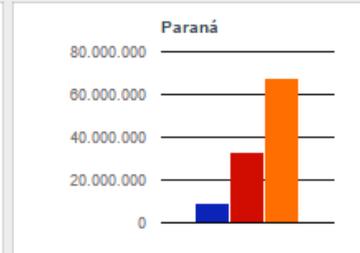
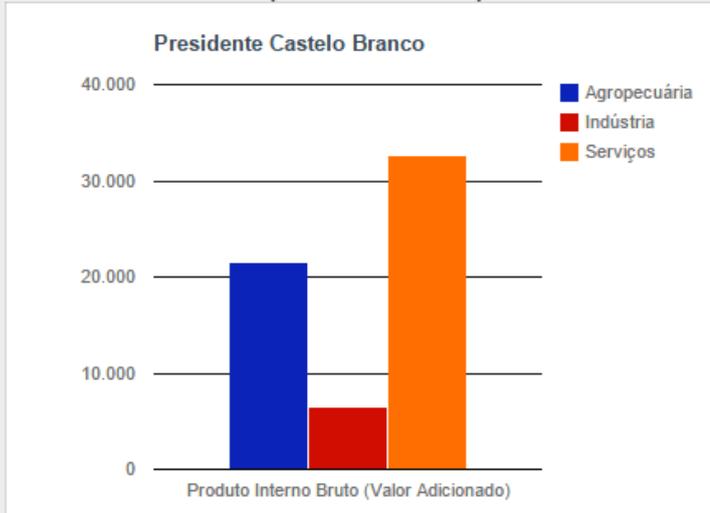
**Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)**



Variável	Paçandu	Paraná	Brasil
Agropecuária	23.156	9.371.924	105.163.000
Indústria	60.213	33.429.611	539.315.998
Serviços	205.179	68.022.406	1.197.774.001

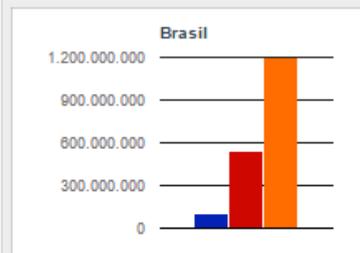
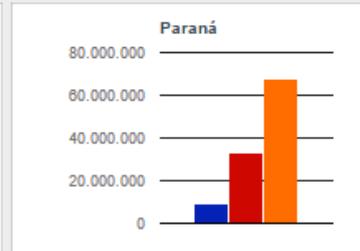
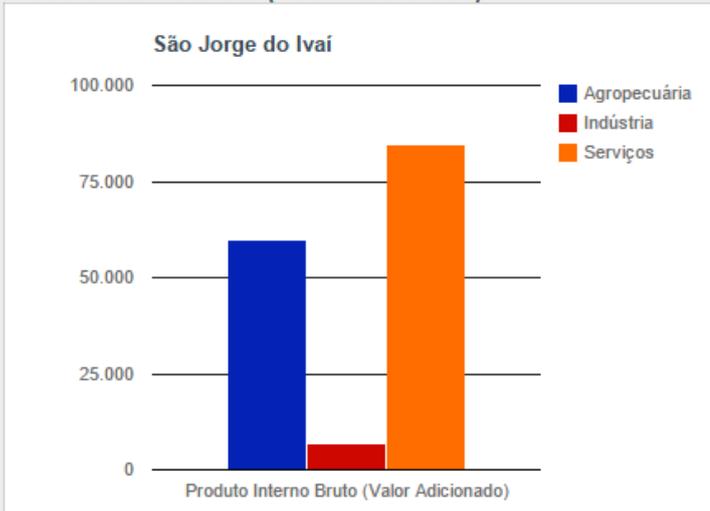
Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Presidente Castelo Branco	Paraná	Brasil
Agropecuária	21.620	9.371.924	105.163.000
Indústria	6.581	33.429.611	539.315.998
Serviços	32.591	68.022.406	1.197.774.001

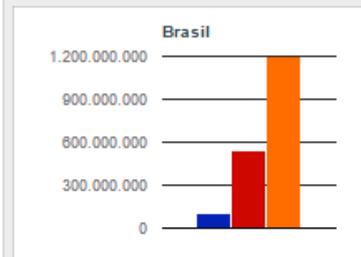
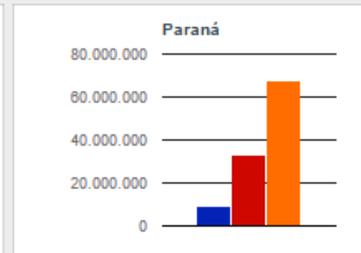
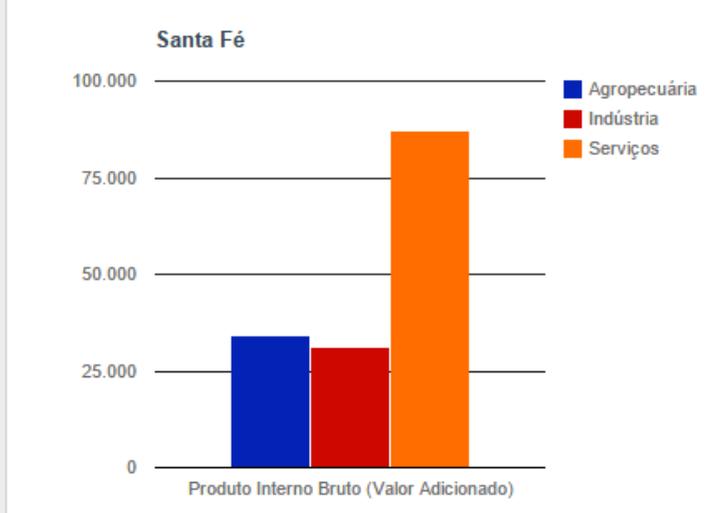
### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	São Jorge do Ivaí	Paraná	Brasil
Agropecuária	59.723	9.371.924	105.163.000
Indústria	6.787	33.429.611	539.315.998
Serviços	84.421	68.022.406	1.197.774.001

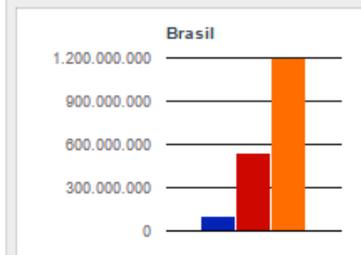
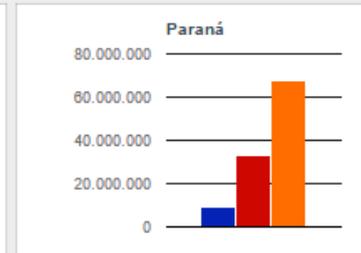
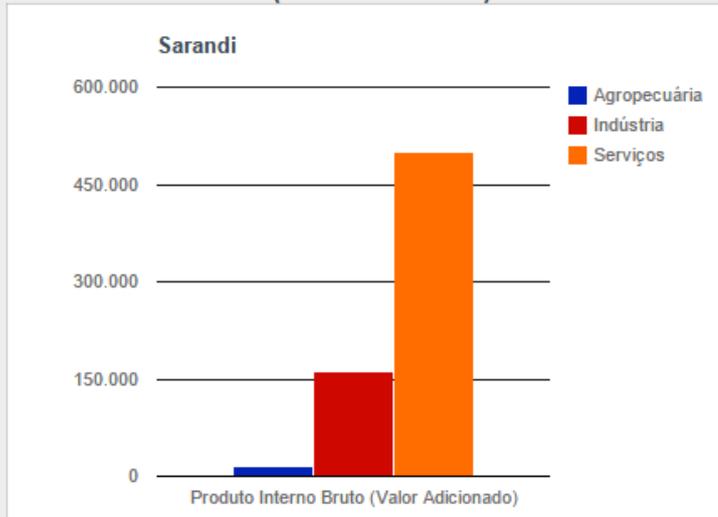
Fonte: IBGE

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Santa Fé	Paraná	Brasil
Agropecuária	34.024	9.371.924	105.163.000
Indústria	31.000	33.429.611	539.315.998
Serviços	87.220	68.022.406	1.197.774.001

### Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)



Variável	Sarandi	Paraná	Brasil
Agropecuária	15.465	9.371.924	105.163.000
Indústria	160.398	33.429.611	539.315.998
Serviços	501.230	68.022.406	1.197.774.001

Fonte: IBGE